

UNIVERSIDADES PARA O MUNDO

ESTRATÉGIAS E AVANÇOS NO CAMINHO DA INTERNACIONALIZAÇÃO

O cenário
de colaboração
acadêmica
entre Brasil
e Reino Unido

PRÁTICAS PARA INTERNACIONALIZAR

O Capes-PrInt estimulou
planos de ação nas Instituições
de Ensino Superior

O PROGRESSO DO INGLÊS

A oferta ampliada de
cursos de idiomas
e o fortalecimento de EMI

A FORÇA DAS PARCERIAS

Pesquisas internacionais
e artigos em coautoria
têm mais impacto global

REDES DE CONHECIMENTO

Pesquisadores no exterior
ajudam a alavancar
a Ciência brasileira

UNIVERSIDADES PARA O **MUNDO**

ESTRATÉGIAS E AVANÇOS NO CAMINHO DA INTERNACIONALIZAÇÃO

2019

REALIZAÇÃO



DIRETOR PRESIDENTE

Martin Dowle

DIRETORA DE EDUCAÇÃO

Diana Daste

**GERENTE SÊNIOR DE EDUCAÇÃO
SUPERIOR E FUNDO NEWTON**

Vera Regina Oliveira

**GERENTE DE PROJETOS
DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Simone Ricci

GERENTE SÊNIOR DE MARKETING

Fernanda Medeiros

GERENTE DE MARKETING DIGITAL

Juliana Ferreira

ESTAGIÁRIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Alessandra Micheletti

REPORTAGEM | EDIÇÃO

Maggi Krause

Rosi Rico

CHECAGEM DE DADOS

Wellington Soares

REVISÃO

José Américo Justo

DESIGN | DIREÇÃO DE ARTE

Carla De Franco

ILUSTRAÇÕES

Bruno Algarve

CAPA

Cacau Tyla com fotos Shutterstock



SUMÁRIO

HORA DE ALINHAR ESTRATÉGIAS _____ **12**

Com Capes-PrInt, universidades ganham recursos para colocar em prática planos de internacionalização.

O AVANÇO DO INGLÊS _____ **20**

Programas como Idiomas sem Fronteiras e iniciativas de EMI são ferramentas para melhorar proficiência de alunos e professores.

PARCERIAS DE SUCESSO _____ **32**

Colaboração leva a pesquisas internacionais e artigos em coautoria com mais chances de impacto global.

SABERES EM REDE _____ **42**

O intercâmbio e a troca de conhecimentos entre pesquisadores no exterior contribuem para o avanço da Ciência brasileira.

MEDIDAS DE QUALIDADE _____ **50**

Avaliar o desempenho das universidades é essencial para saber se elas estão cumprindo bem seus objetivos.

ARTIGO _____ **56**

Educação Transnacional: a oportunidade de ter um diploma internacional sem sair do país.

NO RUMO DA INTERNACIONALIZAÇÃO

É com imenso prazer que apresento a segunda edição da publicação *Universidades para o Mundo*, que enfoca uma diversidade de temas com os quais o setor de educação superior tem se confrontado enquanto avança no processo de internacionalização no Brasil.

Em nosso primeiro número, abordamos uma série de desafios e oportunidades que surgiram da decisão da Capes de encorajar as universidades para o caminho da internacionalização, dando luz a experiências realizadas pelo Reino Unido nessa área. Desde então, a Capes lançou seu programa PrInt, que destina R\$ 300 milhões anuais e conduz uma boa quantidade de Instituições de Ensino Superior a seguir uma rota de sucesso para se internacionalizar. Nesta edição, olhamos para como as universidades podem desenhar seus planos estratégicos, avançar no EMI – Inglês como Meio de Instrução, desenvolver parcerias de sucesso e estimular a mobilidade e a inovação.

Nos últimos dois anos, o British Council realizou diversas iniciativas dentro do programa Universidades para o Mundo. Concedemos dez bolsas para projetos entre universidades no Reino Unido e no Brasil que visam derrubar as barreiras que impedem as brasileiras

Pedro Silveira



Martin Dowle

• Diretor Presidente do
British Council no Brasil

de aprimorar o nível de inglês funcional entre seus professores e pesquisadores. Também apoiamos várias instituições britânicas e brasileiras para trabalharem em conjunto suas estratégias internacionais. Além disso, em parceria com a Faubai e especialistas da área de línguas, lançamos o segundo *Guide to English as a Medium of Instruction in Brazilian HEIs*, que conta com um portal correspondente para a busca de cursos ministrados em inglês.

Nunca é simples planejar e implementar estratégias internacionais, pois envolve escolhas difíceis baseadas na definição de áreas de prioridade e alocação de recursos. Mas bons planos permitem à universidade definir qual o seu propósito e também como deseja ser reconhecida em futuras parcerias no âmbito internacional.

Para concluir, gostaria de agradecer a todos os parceiros do programa Universidades para o Mundo, em particular MEC, Capes, Faubai, Abruem, Fapesp, Confap, Idiomas sem Fronteiras e um grande número de universidades espalhadas pelo Brasil. Espero que este conteúdo estimule a reflexão sobre o avanço da internacionalização do sistema de educação superior brasileiro e ajude a ampliar ligações de pesquisa e ensino entre o Brasil e o Reino Unido. ■



Vera Regina Oliveira

Gerente Sênior de Educação Superior e Fundo Newton

Diálogos e projetos no caminho das parcerias

O programa Universidades para o Mundo apoia ações que favorecem a cooperação entre instituições brasileiras e britânicas

Promover o acesso de jovens à educação de qualidade e iniciativas que permitam maior cooperação internacional entre Instituições de Ensino Superior (IES) e pesquisa está entre os objetivos do British Council. Nossa relação estreita com universidades, fundações de apoio à pesquisa e inovação e órgãos do governo nos permite aproximar instituições brasileiras e britânicas. Para isso, planejamos ações estratégicas dentro do programa Universidades para o Mundo. Ele foi lançado em maio de 2017, coincidindo com o Think Brazil, uma série de eventos realizados no Reino Unido para promover os laços com o Brasil. Naquela ocasião, o British Council organizou, com o apoio da Universities UK International (UUKi), uma conferência que teve a presença de IES de ambos os lados do oceano.

Para incentivar o diálogo sobre a temáti-

ca, em 2017 organizamos os Seminários Regionais de Internacionalização, que discutiram questões como o reconhecimento de diplomas, inovação e pesquisa aplicada em parcerias internacionais, os passos necessários para internacionalizar e o acesso à língua inglesa. Os debates resultaram no primeiro caderno Universidades para o Mundo: desafios e oportunidades para a internacionalização, lançado em 2018, e mostraram a necessidade de estimular os diálogos e a sustentabilidade de um projeto de longo prazo de internacionalização para o país. Essa passou a ser a prioridade do British Council na área de educação superior.

Ainda em 2017, em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem) e o Conselho Nacional

das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), lançamos dois editais Universidades para o Mundo para apoiar parcerias entre instituições do Brasil e do Reino Unido. O objetivo era utilizar a experiência dessas últimas para ajudar na estruturação dos planos de internacionalização das IES brasileiras. Os editais financiaram 12 projetos, beneficiando 22 universidades do país e 13 britânicas e possibilitaram seminários e workshops de capacitação.

Em 2018, lançamos o terceiro edital Universidades para o Mundo, dessa vez focando em políticas linguísticas. Internacionalizar requer troca de ideias e fluxo de informações e de pessoas, o que torna essencial o desenvolvimento de ferramentas e políticas que facilitem a comunicação entre instituições, e destas com seus alunos, e o inglês assume a posição de língua franca. O valor da internacionalização como parte do ecossistema universitário – ao expor estudantes, professores e pesquisadores a diferentes referências e conceitos – é o de gerar redes de conhecimento que promovem um ambiente mais diverso de pesquisa, ensino e inovação.

Nos últimos anos, o sistema de educação superior revisou sua visão sobre a internacionalização. O foco em parcerias para intercâmbio de estudantes de graduação e pós-graduação deu lugar a estratégias de médio a longo prazos, com um viés institucional mais forte e seleção de áreas prioritárias. Uma das tendências que se fortalecem é incentivar a vinda de

estudantes estrangeiros para o Brasil. Para isso, o British Council trabalhou em parceria com a Faubai no *Guide to English as a Medium of Instruction in Brazilian HEIs*, que lista os cursos ensinados no Brasil em inglês ou outros idiomas. Esses dados estão disponíveis para pesquisa em uma plataforma online.

Vimos também o surgimento no país da Educação Transnacional, com cursos de graduação e pós-graduação. Esses movimentos levam a reflexões sobre as finalidades da internacionalização, e como ela pode beneficiar a universidade e a sociedade brasileira. Em 2019, lançaremos o quarto edital dentro do programa Universidades para o Mundo, com elementos que atendam aos interesses identificados entre nossos parceiros. São eles:

- operacionalizar a implementação de planos de internacionalização;
- estabelecer processos de monitoramento e avaliação dos projetos;
- avaliar o impacto para as instituições e as comunidades que as cercam.

Para o British Council, a internacionalização impulsiona trocas de conhecimento, fortalece redes de pesquisa e colaboração institucional e leva a um intercâmbio cultural que promove a prosperidade dos países. Por isso, em dezembro de 2018, organizamos o Seminário de Internacionalização UK-BR em Londres. O evento aprofundou conversas entre universidades brasileiras e britânicas sobre temas essenciais da internacionalização, seus avanços e desafios. Elas foram o ponto de partida deste segundo caderno Universidades para o Mundo. Nossa proposta é persistir nessas discussões, para o benefício das relações entre Brasil e Reino Unido, cumprindo a missão de contribuir para um ambiente de ensino e pesquisa diverso, acessível e internacionalmente conectado. ■

“

O valor da internacionalização como parte do ecossistema universitário é o de gerar redes de conhecimento que promovem um ambiente mais diverso de pesquisa, ensino e inovação.

”



Diana Daste

Diretora de Educação

Entendendo o cenário para criar estratégias

Estimular e documentar discussões estratégicas faz parte da agenda do British Council para fomentar a internacionalização e a qualidade na educação superior

O programa Universidades para o Mundo tem o objetivo de contribuir para a prosperidade e o desenvolvimento tanto do Brasil quanto do Reino Unido, em particular do setor de educação superior, cultivando links de longo prazo baseados na qualidade, no alinhamento estratégico e em relacionamentos sólidos entre Instituições de Ensino Superior (IES), governos e agências de fomento e pesquisa de ambos os países para capacitação institucional da internacionalização.

Como o programa reconhece os diferentes estágios de evolução das IES brasileiras, as intervenções são segmentadas por necessidades e perfis, então (a) as universidades mais bem posicionadas são encorajadas a trabalhar de forma mais efetiva com o Reino Unido, (b) as que ocupam o nível seguinte têm a oportunidade de aprimorar sua preparação e (c)

um terceiro grupo é convidado para uma discussão estratégica, um primeiro contato com os princípios e benefícios da internacionalização, as ferramentas disponíveis e os potenciais parceiros. Todas essas iniciativas levam a uma consequência transversal: estimular e documentar debates críticos sobre oportunidades e desafios enfrentados pelos diferentes atores nesse campo. O British Council apoia e absorve essas discussões, e elas geram inputs estratégicos para guiar os próximos passos e futuras intervenções.

O Seminário de Internacionalização UK-BR, realizado em dezembro de 2018 no Reino Unido, foi um momento-chave para essa agenda, permitindo um debate aberto e crítico sobre a consolidação de parcerias para a operacionalização dos planos de internacionalização das IES brasileiras sob o esquema do Capes-PrInt.

A missão envolveu mais de 50 instituições trabalhando ativamente na área, incluindo 19 IES brasileiras (beneficiárias de recursos do PrInt) e universidades do Reino Unido, assim como agências de pesquisa, políticas públicas e educação internacional de ambos os países.

Ao descrever o contexto atual, sobressaíram discussões essenciais sobre garantia de qualidade, políticas linguísticas, operacionalização na prática das oportunidades entre o Reino Unido e o Brasil, casos bem sucedidos de Educação Transnacional (TNE) e os desafios de criar e apoiar redes que abrem espaço para o aprendizado e a troca de expertise entre as universidades mais internacionalizadas (que receberam o PrInt) e as instituições que pretendem levantar recursos da Capes no futuro.

Quatro componentes foram mencionados de forma recorrente durante os dois dias de discussão, de forma transversal, em áreas e temas diferentes. Reconhecidos como altamente estratégicos, eles constituem a espinha dorsal para as próximas chamadas, workshops e, por fim, os resultados desejados do programa Universidades para o Mundo 2019-2020:

1 – Internacionalização como um meio de aprimorar a qualidade;

2 – Internacionalização como uma ferramenta de inclusão social e cidadania global;

3 – Indicadores robustos e confiáveis para medir a implementação dos componentes da internacionalização e seu impacto amplo em regiões e sociedades;

4 – Redes fortes de colaboração e construção de capacidades entre instituições brasileiras na consolidação de parcerias com o Reino Unido e na operacionalização dos planos de internacionalização.

A missão também teve a intenção de ser um momento de follow-up a respeito dos produtos e processos esperados dos projetos bilaterais financiados pelo esquema de interna-

cionalização do British Council. As colaborações se beneficiam de informações claras e a tradução oportuna de contextos nacionais e prioridades institucionais. Também é papel do British Council ser facilitador desses encontros e servir como uma ponte entre IES e as instituições políticas relevantes.

Um conjunto de atividades irá manter esses espaços de interlocução ao longo do tempo. Organizado em Brasília em março de 2019, um grupo de trabalho heterogêneo iniciou um exercício de planejamento estratégico para estabelecer as diretrizes da quarta chamada UK-BR para operacionalização de planos de internacionalização, que será lançada em um workshop aberto no primeiro semestre deste ano. No primeiro trimestre de 2020, no Reino Unido, um seminário internacional pretende discutir e apoiar políticas linguísticas e a mobilidade de estrangeiros para o Brasil.

Seguimos com muito entusiasmo no trabalho junto aos principais interessados na temática e a nossos parceiros, construindo capacidades, apoiando links e desenhando estratégias relevantes que resultem em parcerias estratégicas e planos de internacionalização mais aprimorados, impactantes e sustentáveis entre Reino Unido e Brasil. ■

“

O Seminário de Internacionalização UK-BR foi um momento-chave para essa agenda, permitindo um debate aberto e crítico sobre a consolidação de parcerias de IES brasileiras sob o esquema do Capes-PrInt.

”

HORA DE ALINHAR ESTRATÉGIAS

Todo plano estratégico prevê um olhar atento e detalhado para dentro: missão, prioridades, metas, forças, fragilidades, caminhos a seguir. Esse fundamental exercício para a construção de um projeto de internacionalização foi realizado por várias universidades brasileiras no ano passado, no que pode representar um avanço significativo para aumentar a presença do ensino superior do Brasil no mundo. A iniciativa foi uma exigência do Programa Institucional de Internacionalização (Capes-PrInt), lançado pela Capes para tentar mudar o quadro constatado em 2017, quando 320 instituições responderam a uma pesquisa da agência e 225 alegaram ser pouco ou nada internacionalizadas. Contribuir com esse processo é também estratégia do British Council no Brasil, que, em dezembro, organizou o Seminário de Internacionalização UK-BR. Realizado em Londres, o evento foi uma ocasião para atualizar as discussões e aprofundar a temática da internacionalização.



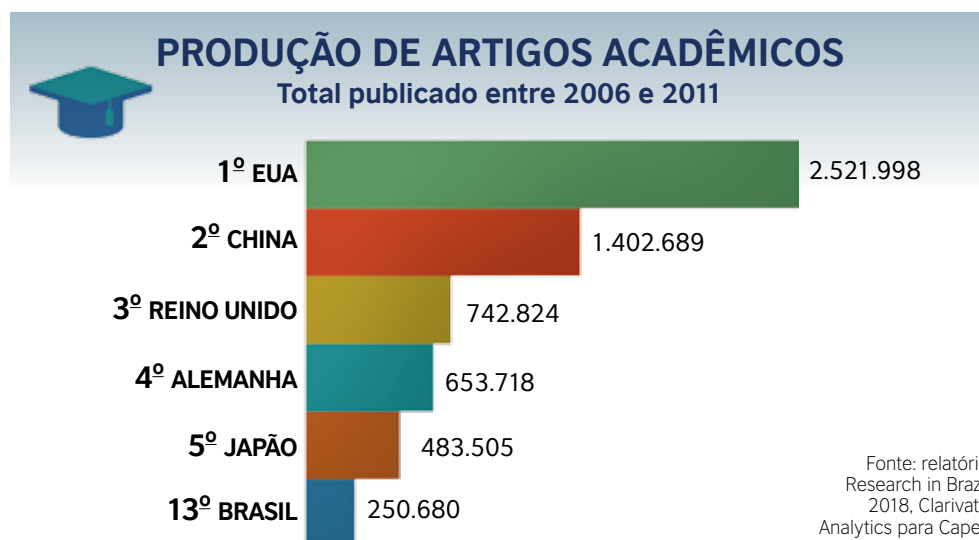
A força do planejamento

Universidades traçam caminhos para ampliar processo de internacionalização

“O conhecimento não tem fronteira e a universidade não sobrevive isolada. Ela consegue trabalhar localmente, mas não em ciência de ponta. Para isso é necessário se articular com outros grupos e países”, afirma Waldenor Barros Moraes Filho, Diretor de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). A parceria entre instituições de ensino é um dos principais resultados da internacionalização (*leia mais na página 32*), pois permite trocar conhecimento, enriquecer os projetos desenvolvidos e ampliar a divulgação deles, com publicação de artigos e citações. Mas não bastam números. A pesquisa precisa ter alto impacto para gerar visibilidade e tornar

a universidade atrativa para outros parceiros, criando um ciclo realmente produtivo. “Embora o Brasil esteja entre os 13 principais países do mundo em produção de artigos, o número de citações não está no mesmo nível. Portanto, precisamos agora passar para a qualidade, e esse é um grande desafio”, diz Marcio de Castro Silva, Pró-Reitor Adjunto de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo (USP).

Construir acordos de cooperação relevantes demanda preparação e empenho. No Brasil, a estratégia de internacionalização da maioria das universidades começou com a mobilidade de estudantes, professores e pesquisadores, tanto externa quanto interna.



No entanto, muitas dessas iniciativas são individuais e não resultam em benefícios duradouros dentro das instituições. No questionário da Capes, 64% das Instituições de Ensino Superior (IES) responderam não ter um plano estratégico nem mesmo sobre mobilidade. Há, portanto, muito a ser feito.

Levantar pontos fortes

Uma parcela das universidades brasileiras, porém, conquistou espaço no cenário internacional, figurando em rankings conceituados (*leia mais na página 50*). A expectativa é que o Capes-PrInt, que prevê investimentos anuais de R\$ 300 milhões por quatro anos, amplie e acelere esse processo. “A internacionalização é fundamental para melhorar a qualidade da universidade e importante para que o Brasil não fique alheio às novidades que acontecem no exterior”, diz Connie McManus Pimentel, Diretora de Relações Internacionais da Capes.

O primeiro benefício é estimular as instituições a fazer um mapeamento interno sobre suas potencialidades para elaborar o plano de ação exigido. “Tínhamos iniciativas isoladas, mas esta foi a primeira vez que presenciei professores, coordenadores de pesquisa, diretores e o escritório internacional envolvidos com o mesmo objetivo. E trabalho aqui há 30 anos”, relata Heloisa Orsi Koch Delgado, Diretora de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

As propostas devem esclarecer as diretrizes para o processo de internacionalizar, indicando, entre outros pontos: temas de pesquisas a serem desenvolvidos envolvendo várias áreas de conhecimento para incentivar a interdisciplinaridade, o número e o tipo de bolsas necessárias, as instituições parceiras e as contrapartidas oferecidas pela universidade. O Capes-PrInt vai financiar bolsas de pós-doutorado, doutorado-sanduíche e professor-visitante,



Carlos Patrício / Mackenzie

**Biblioteca da
Universidade
Presbiteriana
Mackenzie, em
São Paulo.**

missões de trabalho no exterior e capacitação em cursos de curta duração. Questões de infraestrutura ficam por conta da própria instituição.

“Nós tínhamos um plano de desenvolvimento estratégico, no qual constava a importância de colocar a universidade no circuito internacional. Mas algumas concretudes vieram com o PrInt, que acelerou o debate interno”, conta Moraes Filho. A UFU elegeu dois temas centrais, Dinâmica Social, Qualidade de Vida e Saúde e Tecnologias Convergentes e Recursos Ambientais. O primeiro está dividido em cinco projetos de colaboração internacional – entre eles, construção de cidades saudáveis e processos biomecânicos reabilitadores em odontologia –, e o segundo em quatro, um deles sobre soluções tecnológicas para agropecuária e conservação ambiental. Esses projetos envolvem 16 programas de pós-graduação.

Parte do processo exige cuidar da infraestrutura interna da universidade

Na Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), que vai receber R\$ 10,4 milhões em quatro anos, a decisão foi de elencar quatro temas: A nano e a microescala: materiais e dispositivos funcionais (para aplicações em energia, telecomunicações e sensores); Escala humana: cérebro, cognição e comportamento (aplicações da neurociência, entre outros); Escala social: linguagem, cidades e cultura (com pesquisa sobre mobilidade urbana e o desafio da convivência); e Escala cósmica: a Terra e o Universo (que alia engenharia aplicada à geofísica espacial). Os projetos abrangem dez programas de pós-graduação.

“Já existia um planejamento estratégico estruturado, foi preciso apenas adaptá-lo. Mas o trabalho de reunir pesquisadores criativos, que quebram paradigmas, para discutir e escolher os temas para o PrInt foi enriquecedor”, diz Maria Campos Lage, Assessora para Cooperação Internacional e Interinstitucional da UPM.

A PUCRS focou em três áreas, que englo-

bam 14 projetos: Saúde e desenvolvimento; O mundo em movimento – indivíduo, sociedade e tecnologia; e Tecnologia e biodiversidade – sustentabilidade, energia e meio ambiente.

Mais do que mobilidade

Além de decidir o foco das pesquisas, as universidades precisaram indicar quais os parceiros ideais para colaborar em cada um dos projetos, respeitando a orientação da Capes de priorizar a relação com instituições relevantes de países listados pela agência. A ideia é que, estreitando a cooperação com universidades que já realizam pesquisa de ponta e têm visibilidade maior no cenário internacional, aumente o impacto da produção intelectual das instituições brasileiras. “Com algumas já cooperávamos, mas outras foi preciso ir atrás”, diz Lage.

Para consolidar a internacionalização, é necessário também cuidar da infraestrutura interna da universidade. Trata-se de um ponto importante porque a tendência no Brasil é de

DESAFIOS PARA INTERNACIONALIZAR

- Fazer as pessoas trabalharem juntas dentro da universidade/interdisciplinaridade;
- Oferecer infraestrutura para mobilidade interna (incluindo línguas estrangeiras);
- Reduzir a desigualdade de acesso e de oportunidade;
- Criar ilhas de excelência;
- Qualidade dos estudantes (estrangeiros estudando no Brasil e não apenas sobre o Brasil);
- Encontrar parceiros com perfis certos;
- Transformar colaboração individual em institucional;
- Construir parcerias sustentáveis e duradouras;
- Estabelecer relações horizontais com parceiros, apesar das diferenças em políticas nacionais e condições de financiamento.

Fonte: workshop “Diagnosing and supporting quality implementation of internationalisation plans”, British Council, dezembro 2018

enviar estudantes e professores para o exterior e não de recebê-los.

A UFU está trabalhando na ambiência, com propostas para colocar placas em três línguas na sinalização do campus e criar grupos para recepção e acolhimento de estrangeiros. Outro aspecto é a questão da língua estrangeira, que inclui capacitação de técnicos e professores e a oferta de cursos em outros idiomas. O programa de Imunologia, por exemplo, teve o currículo espelhado em inglês, para permitir a alternância da oferta em dois idiomas. O próximo será o de Odontologia. Também está nos planos mexer no processo seletivo, ajustando calendário e idioma para atrair alunos estrangeiros. “Estudantes de fora trazem conhecimento e desafios novos”, ressalta Moraes Filho.

Na UPM, a fase também é de ampliar a internacionalização em casa. Entre outras ações, a universidade adaptou seu site para o público internacional, criou um grupo de embaixadores para recepcionar estrangeiros e

realizou seminários de EMI (Inglês como Meio de Instrução) para encorajar os docentes a ministrarem aulas em inglês.

Ao mexer com a universidade como um todo, o Capes-PrInt tem se mostrado atrativo. “Atores do setor acadêmico do Reino Unido apreciaram as possibilidades que o programa abre. Ele permite fortalecer parcerias já existentes entre universidades brasileiras e britânicas e facilita novas colaborações”, diz Carlota de Azevedo Bezerra Vitor Ramos, Chefe dos Setores de Cooperação Educacional e Cooperação Científica da Embaixada brasileira em Londres. “A Embaixada tem se empenhado em atender a consultas, realizar o acompanhamento de parcerias prospectivas e ajudar no ‘match-making’ entre Instituições de Ensino Superior”, completa.

Antes do próximo edital do Capes-PrInt, a Capes pretende lançar um programa sobre planejamento estratégico, uma espécie de consultoria para as instituições que não se inscreveram ou não foram aprovadas no primeiro. ■

CAPES-PRINT

Propostas recebidas: 109

Propostas aprovadas: 25

Pedidos de reconsideração: 39

Aprovações com ajustes: 11

Total de aprovadas: 36

Investimento:
R\$ 300 milhões anuais

Fonte: Capes



Campus da Universidade Federal de Uberlândia, que teve projeto aprovado no Capes-PrInt.



ESTÍMULO PARA autoavaliação

Connie McManus Pimentel, Diretora de Relações Internacionais da Capes, fala sobre o Programa Institucional de Internacionalização (Capes-PrInt) da agência federal de fomento

Quais os principais objetivos do Capes-PrInt?

Fizemos um questionário em 2017 no qual descobrimos que as universidades não estavam ativamente envolvidas com a questão da internacionalização. Muitas não sabiam quais eram as ações realizadas internamente. Por isso, desenhamos o Capes-PrInt. Não é um programa adequado para toda e qualquer universidade nem para a universidade inteira. É pensado para a parte que tem possibilidade de atrair colaboradores internacionais. Pedimos para as instituições escolherem temas prioritários, com os quais tenham chance de serem líderes mundiais, e colocamos uma questão para elas refletirem: O que sua universidade tem de especial para que outra

queira colaborar? Isso porque o objetivo não é apenas procurar parceiros no exterior, mas também atraí-los para o Brasil.

O Capes-PrInt exige que as universidades elaborem um plano estratégico de quatro anos. Como isso pode impactar a internacionalização das IES?

Acreditamos que já está impactando. Várias universidades nos informaram que o programa exigiu uma conversa interna para entender melhor os programas, o que as fez perceber que há ações complementares em vários departamentos. Por exemplo, entre Direito, Biologia e Engenharia. Eles olham de maneira diferente para o mesmo problema, mas nunca ha-

viam sido estimulados a interagir. Quando você faz esse movimento, também fica mais claro seu foco externo, pois começa a perguntar: A qual problema eu quero responder? Quais são as armas que tenho para resolvê-lo? Isso ajuda a construir uma visão mais completa da universidade, não apenas de um pesquisador ou de um grupo de trabalho.

Qual é a análise das propostas apresentadas? Pode dar exemplos de projetos de parceria inovadores?

O que vimos foi muito mais no sentido da universidade estar se empenhando para fazer uma autoavaliação e um projeto institucional. Mais do que apresentar questões inovadoras, as instituições aprenderam muito durante o processo de elaboração do projeto. Tivemos propostas de IES públicas e privadas, de todas as regiões. Nada é comparável e queríamos exatamente isto: que cada uma traçasse seu caminho, pois não há um único possível. As missões, visões e propostas são diferentes. Não é que as universidades estejam em estágios diferentes, elas têm naturezas distintas.

Quais serão os mecanismos de monitoramento da implementação dos planos estratégicos e dos resultados obtidos?

Já visitamos seis universidades e fizemos orientações onde foi preciso. Cada universidade tem, digamos assim, uma “babá” da Capes, um técnico que ajuda a tirar dúvidas. E estamos montando um grupo de trabalho que vai acompanhar a instituição ao longo dos quatro anos, com duas visitas anuais. Vamos verificar o cumprimento de metas colocadas pela pró-

pria universidade e também as da Capes. A questão do impacto, por exemplo, será cobrada nos resultados. Vai ser um monitoramento de perto porque queremos realmente ver as mudanças dentro das universidades. Também estamos propondo que elas aprendam umas com as outras. Para isso, temos workshops regionais para estimular a troca de experiências.

A intenção da Capes era, no primeiro momento, fortalecer as instituições que já estão mais avançadas no processo de internacionalização?

Exatamente. É uma questão de capacidade de implementação. Por isso foi decidido primeiro consolidar as que já têm condições. De agora em diante, vamos verificar o que as demais precisam e ajudá-las. Vale lembrar que a Capes continua concedendo vários tipos de bolsas. Estamos, por exemplo, com edital aberto para professores-visitantes no exterior, no qual as instituições aprovadas no PrInt não podem concorrer. Dessa forma, a perspectiva de participação para as demais se amplia. ■

“Nada é comparável e queríamos exatamente isto: que cada uma das universidades traçasse seu caminho, pois não há um único possível. As missões, visões e propostas são diferentes.”

Fonte: Capes

PRINCIPAIS INDICADORES DE AVALIAÇÃO NO CAPES-PRINT

- **Programas de pós-graduação com notas 5, 6 e 7;**
- **Qualidade da produção científica intelectual;**
- **Parcerias internacionais;**
- **Estrutura institucional;**
- **Viabilidade de execução da proposta;**
- **Atuação no Brasil e no exterior;**
- **Coerência entre tema, objetivos e ações propostas para o projeto;**
- **Estratégias e políticas inovadoras;**
- **Relevância dos temas propostos e modelo institucional de gestão;**
- **Impacto da proposta para a internacionalização da instituição.**



O AVANÇO DO INGLÊS

“Falar uma língua o coloca no corredor da vida. Falar duas línguas abre cada porta ao longo do caminho.” A reflexão é de Frank Smith, psicolinguista inglês que fez carreira como professor universitário no Canadá. A frase reflete as oportunidades acessíveis pelo conhecimento de um segundo idioma. No mundo contemporâneo o inglês é a língua franca, que permite a comunicação entre pessoas de várias partes do globo. No Brasil, esse saber ainda não está universalizado. O modo como o idioma é ensinado nas redes públicas de educação básica colabora para que os jovens não dominem a língua inglesa ao sair do ensino médio e entrar na universidade, em um cenário pouco favorável à internacionalização. Para revertê-lo, programas específicos como o Idiomas sem Fronteiras (IsF) buscam avanços na proficiência de estudantes e acadêmicos, além de estimular o desenho de políticas linguísticas em Instituições de Ensino Superior. Outra maneira de enfatizar o inglês nas universidades é a internacionalização em casa, que conta, entre outras estratégias, com o EMI – Inglês como Meio de Instrução *(leia nas páginas 26 a 29)*.



Frank Noon Photography

Mais acesso, menos barreiras

Os méritos dos programas de idiomas e a valorização das políticas linguísticas

Profissionais do departamento de línguas são consultados e considerados dentro do ambiente acadêmico. Muitas vezes, eles integram as equipes de relações internacionais. Mas essa configuração de colaboração é bastante recente. “Quanto melhor for a articulação entre os departamentos, mais congruente e sólido fica o trabalho de internacionalização”, resalta Denise de Paula Martins Abreu e Lima, Presidente do programa Idiomas sem Fronteiras (IsF). Segundo ela, nunca se falou tanto sobre política linguística no país como agora.

Um dos motivos é o edital de 2017 do próprio IsF, que exigiu das Instituições de Ensino Superior (IES) se credenciando ou recredenciando a ele a entrega de um documento que descreva sua política linguística, aprovada ou em fase de aprovação nos conselhos das IES.

“Estamos fazendo a primeira leitura dessas políticas e vamos avaliar quais desenvolvem melhor os idiomas nas instituições. A intenção é orientar as universidades e também divulgar quais políticas realmente promovem a internacionalização”, conta Denise. Já ficou claro que

muitas IES não têm um plano de ação para colocar as políticas em prática. Em sua primeira fase (de 2013 a 2016), o IsF teve foco na formação por meio do financiamento dos Nucli (Núcleos de Línguas) dentro de universidades federais e estaduais, a aplicação de testes de nivelamento e proficiência, cursos autoinstrucionais online e aulas presenciais para estudantes de graduação, pós-graduação e professores universitários (veja os números ao lado). O orçamento anual do MEC para o programa IsF gira em torno de R\$ 8 milhões.

Iniciativa estadual

Criado em 2014, época em que o IsF financiava apenas as universidades federais, o Paraná fala Inglês (Pfi, atualmente Paraná fala Idiomas, pois também oferece francês) envolve sete universidades estaduais do Paraná (UEL, UEM, Uenp, Unioeste, Unicentro, UEPG e Unespar). O programa conta com o apoio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná e também teve duas etapas. Na primeira, foram ofertados cursos semestrais preparatórios para o exame de proficiência para a comunidade universitária, que majoritariamente tinha níveis entre A1 e A2. Na segunda, iniciada em junho de 2017, passaram a ser oferecidos cursos para viabilizar o uso da língua inglesa atendendo a demandas específicas da internacionalização. Até agora foram 2 mil concluintes que alcançaram níveis de proficiência entre A2 e B1 (68%), com uma parcela de 15% atingindo B2 e C1. “A ideia é fortalecer o idioma para interlocução com parceiros estrangeiros, para interagir com outros pesquisadores, ter sucesso na escrita acadêmica e científica, com potencial para aprovação de trabalhos em revistas de impacto internacional”, enumera Eliane Segati Rios Registro, Coordenadora de Relações Internacionais da Universi-

IDIOMAS SEM FRONTEIRAS EM NÚMEROS

Total entre 2013 e 2018

Vagas ofertadas para as aulas presenciais de inglês

438.578

Professores de inglês

1.241

participantes do programa, em sua maioria alunos de graduação em Letras - Inglês

Coordenadores

257

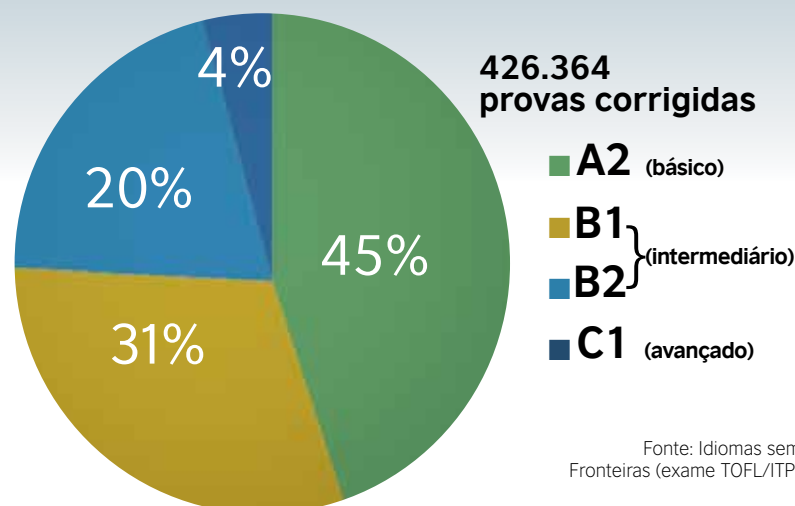
participantes do programa, especialistas na área de língua inglesa das IES parceiras

Parceiros internacionais

14

NÍVEL DE PROFICIÊNCIA

Total de testes aplicados entre 2013 e 2018



Vivências diversas no idioma permitem aos estudantes experimentar um ambiente acadêmico internacional sem sair do Brasil

dade Estadual do Norte do Paraná (Uenp) e Coordenadora Estadual do programa Paraná fala Idiomas.

Outro objetivo é aumentar a capacidade linguística de professores de diversas áreas do conhecimento, para que possam dar palestras e aulas em língua inglesa, recebendo visitantes e alunos internacionais, e ministrar disciplinas junto com professores estrangeiros. Com vistas a incrementar os processos de internacionalização em casa nas universidades paranaenses, Eliane apresentou uma proposta de pesquisa aplicada em inglês para a UK Brazil English Collaboration Call (*leia nas páginas 28 e 29*). Juntamente com a Universidade de Cambridge (*leia entrevista ao lado*), os pesquisadores buscam entender as preocupações dos professores universitários que utilizam o Inglês como Meio de Instrução (EMI) e como trabalhar essas questões. A modalidade de aulas é pensada para que o avanço na proficiência dependa menos da mobilidade e beneficie um número maior de estudantes dentro da própria universidade.

Telma Gimenez, Professora Sênior no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem e pesquisadora da Universidade Estadual de Londrina (UEL), diz que é possível pensar várias estratégias para internacionalizar

dentro do próprio país. “É importante criar um ambiente em que o nosso aluno possa interagir com o conhecimento produzido lá fora e isso começa com a consulta à bibliografia em inglês, que é a língua da produção científica internacional”, explica ela. O EMI ainda é uma iniciativa tímida no Brasil, embora seja uma tendência internacional. Mas institucionalmente a língua estrangeira pode servir a outros interesses, como aumentar o número de publicações acadêmicas em inglês para obter melhores posições em rankings globais e estabelecer mais parcerias, o que exige uma vasta gama de atividades: falar e compreender virtualmente ou presencialmente, interagir, dar palestras, discutir uma pesquisa, entre outras.

Para Denise, do Idiomas sem Fronteiras, existe um ponto crucial a ser considerado pelas universidades: os estudantes dão mais valor a aprender inglês ou outros idiomas se eles forem uma exigência, por exemplo, para ser elegível a uma bolsa. “Se uma IES vincula esses processos com o conhecimento de um idioma, isso já é um indicador de que o aprendizado de línguas é estimulado. Mas ainda é um desafio no país formar a consciência de que é preciso investir tempo e esforço em idiomas”, observa ela, lembrando que os cursos do IsF são gratuitos. ■

PARA ELABORAR UMA BOA POLÍTICA LINGUÍSTICA

- Resultado de um grupo de trabalho sobre o assunto, o documento ***Política Linguística para Internacionalização do Ensino Superior***, da Associação Brasileira de Educação Internacional (Faubai), serve para conscientizar, orientar e auxiliar no desenho e implementação de uma política linguística. Disponível para download no site www.faubai.org.br.
- Cambridge English conta com o ***Cambridge Assessment English Language Policy Framework*** e o ***Language Policy Implementation Guide***. Ambas as publicações servem à consultoria especializada oferecida a IES no mundo todo. Mais informações em www.cambridgeenglish.org/consultancy.



Frank Noon Photography

O DESAFIO do tempo

Hugh Moss é Consultor Sênior da equipe de Projetos de Educação Internacional de Cambridge Assessment English, referência em ensino e avaliação da língua inglesa

Você é o pesquisador líder da Universidade de Cambridge para pesquisas financiadas por meio da UK Brazil English Collaboration Call. Quais estratégias Cambridge desenvolve para a educação superior no Brasil?

Fomos contemplados, e por isso temos atualmente dois projetos de pesquisa aplicada em andamento sobre EMI, em colaboração com a Universidade Estadual do Norte do Paraná e com a Federal do Paraná. Além disso, contribuímos para a formação de professores e a montagem de currículos para dar a estudantes um background sólido, assim como atestamos sua proficiência em inglês. Isso é essencial para universidades que querem melhorar sua performance nos rankings interna-

cionais e aumentar a empregabilidade de seus formandos. Nós também auxiliamos algumas Instituições de Ensino Superior a definir suas políticas linguísticas. Foi o caso da Universidade Anhembi Morumbi, em São Paulo.

Quais são os maiores desafios do Brasil considerando o aprendizado de uma segunda língua (o inglês)?

Eu acho que os desafios são similares aos enfrentados em outros países. Muitas vezes o maior desafio é simplesmente tempo. Aprender um idioma requer prática e é difícil reservar tempo suficiente no calendário acadêmico. Os professores nem sempre têm formação em metodologia para o ensino de línguas. Esse é um dos motivos que levam alunos a finalizarem a educação básica sem saberem usar o inglês ou mesmo falar a língua. A boa notícia é que o Brasil está levando esse problema a sério. É ótimo que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconheça a importância de políticas para língua inglesa na educação básica. Somado a isso, as IES abraçaram o inglês e estão aumentando seu nível de internacionalização. Universidades em estágios mais avançados já oferecem graduação internacional e programas de extensão com aulas em inglês e a possibilidade de cursar parte do currículo no exterior.

Há exemplos de países que superaram barreiras de proficiência e podem inspirar o Brasil?

A Colômbia criou um Programa Nacional Bilingue e, com o apoio de Cambridge English, continua a trabalhar para que 70% dos estudantes do ensino médio alcancem o nível B1 e todos os professores de inglês em formação cheguem no mínimo ao B2. Estamos envolvidos em projetos igualmente ambiciosos junto a governos de vários países, entre eles a Malásia, o México e o Panamá. ■

Foco no EMI

O Inglês como Meio de Instrução é alvo de pesquisas e ganha portal

Entre as práticas que incentivam a internacionalização em casa está o Inglês como Meio de Instrução (EMI). Sua realização é aprimorada quando professores de áreas específicas do conhecimento e linguistas trabalham em colaboração para potencializar a aprendizagem do conteúdo e de língua. Essa ideia é defendida por Laura Baumvol e Simone Sarmento, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no artigo *A Internacionalização em Casa e o Uso de Inglês como Meio de Instrução*. As autoras salientam “que a adoção de práticas de EMI por IES brasileiras pode (e deve) servir para empoderar alunos brasileiros de forma a aumentar sua participação em diferentes situações acadêmicas que envolvam o uso do inglês”. Em apresentação feita por ocasião da UK Brazil English Collaboration Call (*leia mais na página 29*), Simone enumerou os benefícios do EMI, apontados em pesquisa com 5 mil professores (que elegeram mais de uma resposta):

- Estudantes brasileiros melhoram sua proficiência na língua inglesa (69%)
- Estudantes estrangeiros podem participar das aulas (55%)
- Professores podem aprimorar sua proficiência na língua inglesa (55%)
- Internacionalização em casa para os estudantes (47%)
- Prepara os estudantes para o futuro / mercado de trabalho (47%)
- O inglês é a língua da Ciência

e Tecnologia (43%)

- Internacionalização em casa para os professores (35%)
- Qualidade das aulas (23%)
- Nenhum benefício (5%)

Organizadora do *Guide to English as a Medium of Instruction in Brazilian HEIs 2018-2019*, publicação conjunta do British Council e da Faubai, a pesquisadora Telma Gimenez, da UEL, nota que os cursos em EMI têm presença mais incisiva na pós-graduação e vê isso como um reflexo das políticas de agências de fomento, como a Capes e o CNPq. “O grande mérito do guia é reunir dados e informações sobre essa área. Forma-se um quadro que serve de base para futuras análises”, ressalta Telma. Ela diz que é preciso começar a medir impacto e proficiência e entender como esses programas dialogam com a realidade brasileira para então pensar políticas públicas.

Há um crescimento de 2016 para cá: na primeira publicação do guia, eram apenas 44 cursos a nível de pós-graduação, agora passam de 400. “A oferta maior é em cursos de extensão universitária, o que se entende, pois eles são de curta duração, então qualquer adequação de rota é mais simples de ser feita”, diz Telma. O guia dispõe de gráficos e dados quantitativos da oferta de EMI no Brasil e as informações podem ser consultadas com uma ferramenta que permite buscar universidades e cursos específicos no portal www.faubai.org.br/guideemi.



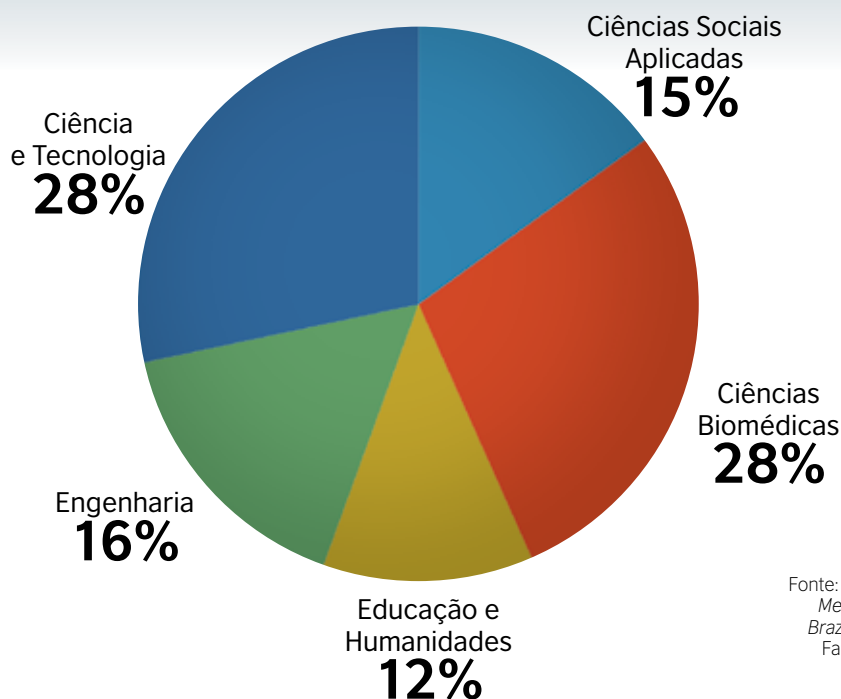
Divulgação

Alunos em
laboratório
de línguas da
Universidade
Federal do Rio
Grande do Sul.

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INGLÊS POR ÁREA DO CONHECIMENTO (2018)

Mais EMI

No *Guide to English as a Medium of Instruction in Brazilian HEIs 2018-2019*, 85% das 240 IES consultadas oferecem alguma atividade em língua estrangeira (79%) ou planejam fazê-lo em breve (6%). Em relação ao guia de 2016, há maior oferta de disciplinas de pós-graduação (406) e de graduação (235), variando as áreas de estudo predominantes.



Fonte: *Guide to English as a Medium of Instruction in Brazilian HEIs 2018-2019*, Faubai e British Council

Projetos de colaboração entre Brasil e Reino Unido investigam elementos de políticas para língua inglesa

Publicar maior número de pesquisas em periódicos científicos internacionais e receber mais acadêmicos estrangeiros são metas difíceis de cumprir quando há baixa proficiência na língua inglesa. Segundo pesquisa realizada pelo programa Idiomas sem Fronteiras, apenas 3% dos acadêmicos e pesquisadores de universidades brasileiras com pós-graduação possuem o nível C1 de inglês. Por isso, o British Council decidiu fomentar a pesquisa aplicada em língua inglesa por meio da UK Brazil English Collaboration Call, organizada em parceria com o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap). “O resultado esperado é o aumento no intercâmbio de conhecimento e pesquisa, com o objetivo de desfazer as barreiras que impedem o aprimoramento do ensino e do aprendizado do inglês no Brasil”, diz Cíntia Toth Gonçalves, Gerente Sênior para Inglês do British Council.

Uma parte das pesquisas está alinhada com a agenda de internacionalização em casa (*veja no mapa ao lado*), abrangendo seis das nove propostas de colaboração que re-

ceberam um total de £ 70 mil de financiamento do British Council e £ 45 mil de cofinanciadores brasileiros e britânicos. “Para atingirem uma comunidade maior, as formas de disseminação das pesquisas precisam incluir estratégias como webinars, workshops presenciais e guias de boas práticas”, explica Cíntia, que também avaliou as propostas.

Entre os projetos contemplados, uma investigação sobre aspectos do EMI (Inglês como Meio de Instrução) está a cargo, entre março e setembro de 2019, de Eliane Segati Rios Registro, da Uenp, e Hugh Moss, da Universidade de Cambridge. Eliane conta que o diferencial da proposta é a relevância da contribuição para políticas de EMI, primeiro no estado do Paraná e depois nacionalmente. “Esperamos entender melhor as dificuldades que os acadêmicos têm ao dar aulas sobre sua especialidade em inglês”, ressalta Moss. O trabalho se propõe a elaborar diretrizes e políticas para desenvolver o EMI no programa Paraná fala Idiomas e servir de estudo de caso para outras universidades. Acompanhe abaixo as etapas da pesquisa. ■

IMPRESSÕES ANTES E DEPOIS

O estudo Formação EMI para professores universitários: uma ferramenta potencial para internacionalização (Uenp - Universidade de Cambridge) envolve professores das sete universidades estaduais do Paraná.

Etapas 1 Avaliação do nível de inglês dos professores com teste de nível e questionário para entender atitudes e sentimentos em relação ao EMI.

Etapas 2 Entrevistas antes e depois da participação no curso online de EMI com o total de 40 horas da Universidade de Cambridge, com suporte presencial de instrutores do Paraná fala Idiomas.

Etapas 3 Os professores dão uma aula com conteúdo de sua especialidade em inglês. Eles refletem sobre desafios e o que necessitam para superá-los, além de avaliarem o curso de treinamento, dando inputs para Cambridge.

Etapas 4 Serão coletadas sugestões dos estudantes-alvo do EMI. O objetivo é entender suas opiniões e também os resultados de aprendizagem.

UK BRAZIL ENGLISH COLLABORATION CALL

Abaixo os projetos contemplados com financiamento dentro da linha de pesquisa

“Políticas para o idioma inglês como principal componente do processo de internacionalização”





Brasil como DESTINO

Para **Maria Leonor Alves Maia**, Presidente da Faubai, aprimorar políticas linguísticas e preparar as IES do país para receber estudantes internacionais colabora para melhorar a qualidade e a competitividade da educação superior

Divulgação

A Associação Brasileira de Educação Internacional (Faubai) completou 30 anos em 2018. Quais foram as principais conquistas na última década?

Foram três as maiores conquistas. A primeira é ter contribuído com o crescimento da internacionalização da educação superior brasileira e seu reconhecimento pelos pares internacionais, atuando intensamente na promoção da internacionalização como instrumento fundamental para uma formação qualificada. A segunda é colaborar com a articulação de IES associadas com outras instituições e associações no mundo todo, por meio de workshops e missões e participando de redes e encon-

tros sobre internacionalização no ensino superior. Em terceiro eu destacaria que nossa Conferência Anual está cada vez mais internacionalizada, contando com 50% dos participantes vindos de outros países.

Quais são as iniciativas da Faubai para incentivar a internacionalização do setor de educação superior no Brasil?

Ao lado da realização da Conferência Anual, a Faubai promove a diversidade e as potencialidades do sistema brasileiro de educação superior nos principais eventos e feiras de educação internacional no mundo, mantém diálogo constante com as agências, facilitando a coopera-

ção interinstitucional, participa ativamente na Rede de Associações de Educação Internacional e promove workshops e treinamentos em gestão de assuntos internacionais para associados, entre outras iniciativas. Também faz interlocução com governos e agências nacionais e internacionais. No caso do governo brasileiro, falamos não só com Brasília, mas com as representações diplomáticas no exterior.

Como a Faubai entende as barreiras da língua no processo de internacionalização das IES e como superá-las?

Elas são um importante desafio, se pensarmos que o domínio de língua estrangeira ainda é pequeno entre os brasileiros. A Faubai apoia o ensino de idiomas, a criação de cursos e atividades oferecidos em línguas estrangeiras, divulga boas práticas e incentiva novas iniciativas. Tudo serve a três objetivos: poder acolher um número maior de estudantes internacionais, oferecer formação em línguas para estudantes brasileiros e realizar a chamada internacionalização em casa.

Em que medida a Faubai se preocupa com políticas linguísticas?

Reconhecemos que elas são centrais como impulsionadoras do processo de internacionalização das IES e do sistema de ensino superior como um todo. Apoiamos o programa Idiomas sem Fronteiras e a oferta de atividades em línguas estrangeiras, incluindo Português como Língua Estrangeira. Além disso, a Faubai desenvolveu, junto com o British Council, o *Guide to English as a Medium of Instruction in Brazilian HEIs*. A primeira edição saiu em 2016 e a atual está sendo lançada em formato de plataforma eletrônica de consulta, durante a Conferência Faubai 2019, em Belém.

Qual é o principal objetivo do *Guide to English as a Medium of Instruction in Brazilian HEIs*?

Ele é o primeiro levantamento extensivo de cursos, disciplinas e atividades em língua inglesa (e outros idiomas) oferecidos no Brasil. A primeira edição tem dados de 2016 e a segunda, de 2017 até o primeiro semestre de 2018. Nessa, há mais de 1.500 atividades em 84 IES de todas as regiões do país. A plataforma online do guia – com a oferta por tipo de atividade, nível, área de estudo, região do país e IES – é uma poderosa ferramenta de promoção do Brasil como destino para estudantes internacionais.

Qual é o cenário da mobilidade de estudantes para o Brasil no momento atual? Quais as perspectivas futuras?

Temos observado um aumento, resultado dos esforços de promoção, melhor acolhida e maior oferta de atividades e oportunidades em línguas estrangeiras. As perspectivas futuras são positivas e também se antevê um aumento da internacionalização em casa, oferecendo um ambiente cada vez mais internacional nas IES brasileiras.

Quais as ações essenciais para que as IES sejam mais internacionais?

O sistema de educação superior brasileiro precisa ter sua qualidade mais divulgada no exterior e ampliar a oferta de oportunidades de ensino, pesquisa e extensão em línguas estrangeiras. Também é válido melhorar a acolhida de estudantes, pesquisadores e professores internacionais, superando barreiras institucionais e legais ainda existentes. Além disso, é necessário estruturar melhor uma política nacional de internacionalização para que ela aborde e atenda à diversidade do sistema de educação superior e os distintos estágios das IES no processo.

ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA
DE EDUCAÇÃO
INTERNACIONAL
(Faubai)

Ano de fundação: 1988
Número de associados:
mais de 200 IES
Conferência Anual 2018:
770 participantes
de 30 países

Grupos de trabalho em 2019:

- **Políticas Linguísticas para a Internacionalização**
- **Competências Interculturais e Internacionalização em Casa**
- **Mobilidade de Estudantes Estrangeiros para o Brasil**
- **Atração de Talentos Acadêmicos para o Brasil e Revalidação de Títulos**
- **Acolhida de Refugiados em IES Brasileiras**

PARCERIAS DE SUCESSO

Intercâmbio de dados coletados em investigações, soma de conhecimentos de especialistas e áreas de estudos teóricos ou práticos que se complementam. Uma mistura bem planejada desses fatores é o dia a dia das pesquisas acadêmicas e científicas realizadas em colaboração internacional. Mas antes de o trabalho conjunto iniciar, existem passos essenciais como a escolha do parceiro certo, a escrita de propostas para editais, a busca por fundos, a organização de rotinas, o apoio institucional e – ufa! – a assinatura de contratos de cooperação. Tudo isso driblando a burocracia, o aperto no orçamento, as diferenças culturais e o fuso horário. O esforço vale a pena, já que as pesquisas conduzidas e os artigos em coautoria por cientistas britânicos e brasileiros têm seu impacto multiplicado. “Construímos parcerias e colaborações tendo em vista uma perspectiva de longo prazo. Para obter retorno, é preciso colocar energia, compromisso e investimento”, ensina Robin Mason, Pró-Reitor Internacional da Universidade de Birmingham, que há oito anos escolheu o Brasil como uma de suas prioridades estratégicas.



Conexões sólidas e duradouras

University of Glasgow

Pesquisas feitas em colaboração geram mais impacto

Selecionada pelo Capes-PrInt por seu programa de internacionalização, a Universidade Estadual Paulista (Unesp) convidou representantes de instituições estrangeiras para discutir possíveis parcerias e reuniu 42 universidades, de 12 países, entre eles Austrália, Canadá, França, Alemanha, Irlanda, Holanda, Reino Unido e Estados Unidos, em uma reunião de kick-off. “Pagamos os custos de estadia, mas eles pagaram a passagem, sinalizando enorme interesse. Foi só o primeiro passo para construir parcerias estáveis”, diz José Celso Freire Junior, Assessor Chefe de Relações Externas da Unesp. O edital da Capes destinou cerca de R\$ 85 milhões para a execução, ao longo de quatro anos, da proposta apresentada pela universidade, construída de acordo com seu plano estratégico de inter-

nacionalização e alinhada aos temas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Das instituições internacionais, a Unesp avalia que haverá um investimento de mais um terço desse valor, por meio de contrapartidas como a ausência de pagamento de tuitions e o intercâmbio de professores. “Faz parte do compromisso e do esforço em todas as parcerias promissoras. Atualmente só fazemos acordos se houver cofinanciamento”, explica Freire Junior.

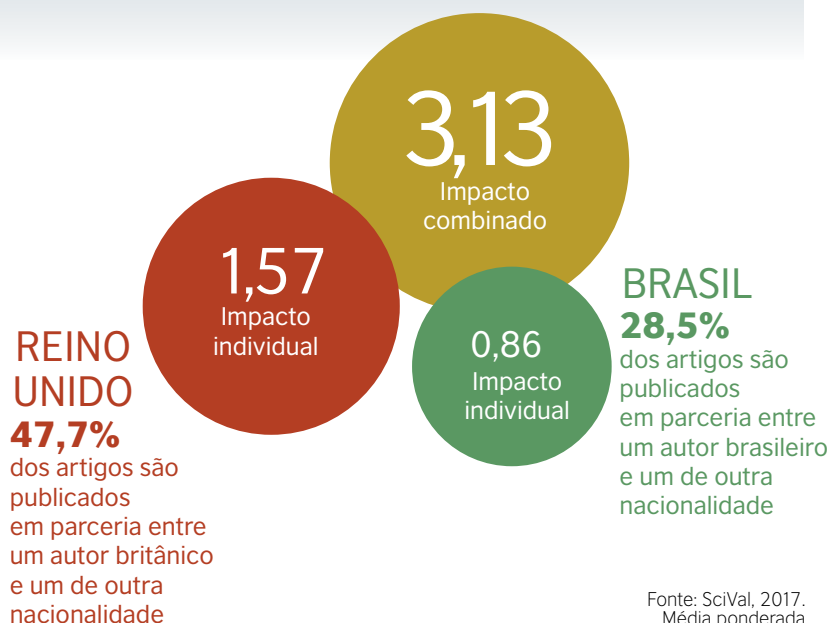
Os recursos são uma parcela importante da engrenagem de pesquisa, pois sem eles não é possível avançar em investigações de qualidade. É um dos itens que constam da maioria das estratégias para alavancar boas parcerias. “Analisamos o número de publica-

ções conjuntas e o sucesso em levantar fundos”, revela David Fearn, Reitor de Engajamento Global para as Américas da Universidade de Glasgow. “Com o Brasil, nossas colaborações bem-sucedidas nasceram de conexões individuais de pesquisa, mas fizemos um forte trabalho para não depender de uma só pessoa. Desenvolvemos parcerias com a USP, a Unesp e a UFMG, com o apoio de fundos como os do Erasmus, da Fapesp e do British Council”, enumera Fearn. Na estratégia da universidade escocesa há ainda um fundo próprio destinado à mobilidade dos pesquisadores, principalmente para os que estão no início da carreira acadêmica. E os parceiros internacionais reservam o mesmo, em esquema de reciprocidade. Outro fundo da Universidade de Glasgow custeia workshops e visitas, já que elas precisam ser regulares para construir relacionamentos com os atores-chave no exterior (*entenda os passos da estratégia no quadro ao lado*).

Mas o que determina o início ou a continuidade de uma relação entre instituições parceiras é a busca de resultados que impactem a produção científica mundial. Eles são medidos por citações feitas em periódicos de pesquisa (revistas científicas), que evidenciam a repercussão entre os pares. Esse número aumenta consideravelmente quando as pesquisas são realizadas em cooperação com autores de outro país (*veja no gráfico o impacto em conjunto com o Reino Unido*). Segundo o relatório InCites, entre 2011 e 2016, pesquisadores baseados no Brasil coassinaram artigos com pesquisadores de 123 países e cerca de um terço de todos os artigos brasileiros do período possuía pelo menos um colaborador internacional. Ainda de acordo com o InCites, o impacto do Brasil na produção científica mundial subiu de 0,73 em 2011 para 0,86 em 2016, um aumento de 18%. Se a tendência atual for mantida, atingirá a média global de 1,0 em 2021.

MAIS COLABORAÇÃO, MAIS IMPACTO

Cresce o número de citações de pesquisa quando há coautoria entre brasileiros e britânicos



DESENVOLVENDO LINKS COM O BRASIL

A Universidade de Glasgow trabalha de forma ampla com número reduzido de instituições parceiras. Atualmente mantém colaborações com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Estadual Paulista (Unesp) e com a Universidade de São Paulo (USP).

PASSO 1

- A partir das conexões individuais de pesquisa, desenvolver as institucionais identificando áreas de interesse comum e forças complementares
- Designar um diretor para cuidar da região das Américas
- Montar um comitê diretor de internacionalização
- Identificar agências de fomento interessadas

PASSO 2

- Divulgar briefings sobre a região em Glasgow
- Estabelecer conexões pessoais nas equipes
- Oferecer apoio por meio de seminários nas IES brasileiras

Fonte: apresentação de James Conroy, Vice-Diretor de Internacionalização da Universidade de Glasgow

PARCERIAS

Acolher as pessoas e comunicar resultados é tarefa dos escritórios de cooperação

Quando duas instituições de excelência realizam trabalhos conjuntos, o impacto vai às alturas. É o caso da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade de Oxford. Sozinho, um artigo da universidade paulista, que figura no topo do ranking brasileiro, alcança 1,1. Nas 1.017 publicações conjuntas com Oxford (entre 2013 e 2018), o impacto médio foi de 9,33, conforme a plataforma analítica SciVal (2013-2018). A USP tem atualmente 55 acordos ou convênios vigentes com o Reino Unido e as publicações conjuntas com os britânicos representam 17,2% dos papers, segundo dados da Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional. As atividades do PrInt da instituição, que receberão R\$ 144 milhões da Capes, se dividem em cinco áreas de estudos (Saúde e Doenças, Artes e Humanidades, Ciências Translacionais de Plantas e Animais, Tecnologia e Terra e Espaço).

Em geral, são as áreas de estudos e o nível de excelência em pesquisa os primeiros fatores a serem levados em consideração, tanto por IES brasileiras quanto no Reino Unido. A agência de cooperação prepara dossiês sobre países que listam as universidades que estão no topo dos rankings, o número de visitas de representantes de instituições daquele país e até as que têm os maiores números de publicações em coautoria com a USP. No Reino Unido não é diferente. “O que se procura é a qualidade, como o Brasil tem algumas universidades que aparecem como líderes mundiais em alguns setores, é isso que atrai parceiros britânicos em primeiro lugar”, diz Lucy Shackleton, Diretora de Engajamento Internacional da Universities UK International, organização que faz a ponte entre o ensino superior do Reino Unido com outros no exterior. Ela reconhece que ambos os sistemas, o britâ-

José Celso Freire Junior, Assessor Chefe das Relações Externas da Unesp.



Frank Noon Photography

nico e o brasileiro, têm uma diversidade incrível e o desafio atual é o de comunicação, ou seja, é preciso saber divulgar as prioridades e as forças de cada instituição. “É importante reconhecer e promover as diferenças. Isso quer dizer olhar além de Oxford e Cambridge, pois existe um espectro muito vasto de universidades”, observa Lucy. Identificar instituições com pesquisas complementares pode ser um bom começo para encontrar o parceiro certo. Em seguida, observar se as prioridades estratégicas combinam e se existe apoio institucional para as ideias dos pesquisadores. Oportunidades de financiamento são indutores de parcerias entre universidades. Quando o objeto de estudo está em um país e os especialistas no outro, começa a busca pelo parceiro ideal e toda a articulação para apresentar uma boa proposta (*veja o quadro ao lado*). “Parcerias longevas e sustentáveis costumam ter mecanismos para monitorar o trabalho e avaliar o sucesso, além de deixar a comunidade universitária informada sobre seu funcionamento e benefícios”, ressalta Lucy. O investimento em comunicação foi uma estratégia adotada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) para dar visibilidade a suas práticas. “Criamos o Portal PUCRS internacional, concentrando pesquisas internacionais, convênios, mobilidade acadêmica e notícias”, explica Heloisa Orsi Koch Delgado, Coordenadora Executiva do escritório de cooperação internacional da PUCRS.

Estratégias que dão resultado

Na hora da aproximação para parceria, Heloisa destaca que o acolhimento do pesquisador internacional é muito importante. Quando ele chega, recebe um material institucional e a revista da PUC, em português, espanhol e inglês. O tour pelo campus é planejado segundo os principais interesses do visitante, levan-

tados por questionário prévio. “Existe um protocolo de acolhimento que colabora para deixar os estrangeiros encantados”, conta Heloisa. Depois dessa etapa, o pesquisador da PUC traça um plano de ação com o par internacional e o escritório dá suporte em relação a financiamentos e burocracia, para minimizar o estresse dos acadêmicos. Em 2018, a PUC foi a única universidade gaúcha a figurar no Times Higher Education (THE) Golden Age Rankings, que analisa IES estabelecidas entre 1945 e 1967. Na avaliação, se destacou nos quesitos Transferência de Conhecimento, Citações em Artigos Científicos e Cenário Internacional. Aparecer em rankings é a parte final de ações estratégicas de parcerias. Foi o caso na Universidade de Birmingham. “Nós somos muito fortes em biomateriais e o Brasil se destaca incrivelmente na área odontológica. Então estabelecemos colaborações excelentes com várias universidades brasileiras. Hoje estamos em 19º lugar nos rankings em Odontologia”, ressalta Robin Mason, Pró-Reitor Internacional da Universidade de Birmingham. ■

10 DICAS VALIOSAS

Hugh Moss, da Universidade de Cambridge, compartilha a experiência de participar de uma chamada de colaboração conjunta entre IES do Brasil e do Reino Unido.

- Não perca tempo demais para identificar um parceiro (ou parceiros) adequado(s)
- Tente não ser muito ambicioso
- Decida por um conjunto realista de questões que possam ser implementadas em um período curto
- Certifique-se de que você fez download de todos os documentos da chamada e repasse-os com cuidado
- Não subestime o tempo necessário para cumprir as tarefas
- Estabeleça um plano de comunicação entre os parceiros
- Entre em acordo sobre papéis e responsabilidades
- Considere a organização da parte prática (agendar passagens e estadia, por exemplo)
- Discuta como monitorar e avaliar o sucesso do programa de pesquisa e seus impactos
- Planeje a disseminação dos resultados da pesquisa



Divulgação / RCGI

Impulso para a inovação

Laboratórios e museus dos dois lados do oceano tiram proveito de conhecimentos complementares

A exploração de petróleo em águas profundas e suas demandas tecnológicas impulsionam a mobilidade e a troca de conhecimentos entre a Universidade de São Paulo (USP) e o Imperial College London (IC). Desde 2016 acontece o intercâmbio de acadêmicos e pesquisadores em dois centros especializados de pesquisa: o Research Centre for Gas Innovation (RCGI), na USP, e o Sustainable Gas Institute (SGI), do IC. Mas a aproximação entre as universidades começou muito antes. “Cursei meu doutorado em Engenharia Aeronáutica no Imperial College e o pós-doutorado na área de hidrodinâmica aplicada, logo depois fui contratado pela USP”, relembra Julio Romano Meneghini, Diretor Científico do RCGI. A primeira colaboração aconteceu entre a Engenharia Mecânica da Escola Politécnica da USP (Poli) e o Departa-

mento de Engenharia Aeronáutica do IC. Um programa de dupla titulação de doutorado se iniciou nos anos 2000 e depois se estendeu para todos os departamentos da Escola Politécnica (Poli). A partir daí, a parceria, que ao todo dura mais de 25 anos, se institucionalizou. Quando soube que o RCGI era patrocinado pela mesma empresa, logo o SGI fez uma proposta de convênio entre os dois institutos. “A participação em outros ambientes acadêmicos cria conexões que maximizam a produção dos dois lados. Acho esse um dos exemplos mais expressivos de sinergia entre instituições”, elogia Raul Machado Neto, Presidente da Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional.

O RCGI é um centro de estudos avançados que busca o uso sustentável e inova na solução de problemas relacionados a gás natural, biogás, hidrogênio e dióxido de carbono. Envolve 350 pesquisadores e 18 laboratórios espalhados por vários institutos da USP e outras instituições, como o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen). Os patrocinadores fundadores são a Fapesp e a Shell (que investe R\$ 140 milhões ao ano), que também financia o SGI, em Londres. A troca de expertise entre

os dois institutos inclui intercâmbio de cientistas e acesso aos laboratórios, que conduzem atividades complementares. “Nós temos uma equipe de especialistas em soluções aplicadas e eles são fortes nos fundamentos dos estudos que envolvem a área de engenharia offshore”, explica Meneghini. Ele conta que a tradição de pesquisa do Reino Unido é anterior à brasileira, mas aqui a quantidade de problemas a resolver é maior. Enquanto o Brasil é líder em biocombustíveis, como o etanol, eles são experts em energia solar e eólica.

No Gas Innovation Fellowship Programme (GIFP), financiado pela Shell e o CNPq, 20 alunos de doutorado e cinco pesquisadores de pós-doutorado receberam bolsas. Quatro vão passar dois anos na USP e dois no IC, recebendo dupla diplomação, oito farão doutorado sanduíche (um ano no IC e três anos na USP) e oito receberão o doutorado do IC, após quatro anos de estudos em Londres. “A formação integral em duas universidades de ponta é uma vantagem imensa para os alunos e o fato de ter brasileiros estudando lá aproxima as equipes, fortalecendo a pesquisa no longo prazo”, comenta Gustavo Assi, Professor do Departamento de Engenharia Naval da USP.

Entre 2013 e 2018, o número de papers produzidos pela USP e pelo Imperial College London foi de 410 e o impacto de citação foi de 10,1, de longe o maior, considerando as top 10 universidades inglesas que colaboram com a universidade paulista.

Fonte: relatório InCites (2013-2018)



O RCGI é sediado na Escola Politécnica (Poli) da USP.

PARCERIAS

A abertura de acervos de biologia mostra visão da evolução para o público

A parceria institucional entre a PUCRS e a Universidade de Newcastle é um exemplo de colaboração equitativa e estratégica. Nos últimos cinco anos, houve conexão entre mais de 50 docentes, pesquisadores e técnicos administrativos de ambas as universidades. Um dos projetos (*leia ficha informativa ao lado*) foi selecionado no edital Institutional Skills 2015-2016, promovido pelo British Council do Brasil com financiamento do Newton Fund.

O Museu de Ciências e Tecnologia da PUCRS (MCT-PUCRS) e o Great North Museum Hancock (GNM) optaram por elaborar e construir duas exposições científicas (simultaneamente em Porto Alegre e Newcastle), trabalhando conceitos sobre evolução das espécies a partir dos materiais disponíveis em suas coleções científicas. “Ambas as equipes

sugeriram ideias para as duas exposições. Nos interessamos pela maneira como eles utilizam mais materiais de baixo custo e exploram as sensações, ao invés de enfatizar a tecnologia. E eles ficaram surpreendidos com a maneira como engajamos alunos e professores para a utilização do museu”, conta José Luís Schifino Ferraro, Professor da Faculdade de Biociências e do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). No trabalho de concepção, planejamento e troca de expertise sobre o tema, um dos desafios foi estar em hemisférios diferentes – o que significa que o semestre universitário não era o mesmo em Porto Alegre e em Newcastle. Durante as visitas ao Brasil, os pesquisadores britânicos



Exposição
Marcas da
Evolução no
MCT-PUCRS,
em Porto
Alegre.

Bruno Todeschini

estranharam as longas jornadas, já que alguns profissionais da PUCRS se dividem entre atividades relacionadas ao museu e acadêmicas, dando aulas à noite.

Para Caroline McDonald, Diretora do GNM, alguns fatores foram decisivos para a parceria funcionar, entre eles a oportunidade de passar um tempo no outro museu e no outro país. “Esse contato foi valioso e permitiu um entendimento mais aprofundado entre os parceiros. Foi interessante observar que tínhamos desafios em comum, mas também soluções diferentes para eles, que às vezes nem tinham sido consideradas pela outra equipe”, nota Caroline. Nessa imersão nas diferentes realidades, foi possível perceber como cada time desenvolvia não só o planejamento das exposições, mas como conduzia as ações educativas e as funções administrativas em cada região. A ideia da organização brasileira, de aproveitar os mascotes dos museus para tornar ainda mais amigável a exibição para o público, foi absorvida pelos britânicos e animou tanto as exposições Marcas da Evolução (MCT) quanto Bones (GNM).

Além das exposições, a parceria evoluiu para criar novos links entre ambos os museus e o de História Natural da Universidade de Oxford, presente na Conferência Connecting Museums, organizada na PUCRS em outubro de 2017. “Outra consequência importante foi a entrada do MCT-PUCRS como membro na Science in University Museums Network (SUMs), que organiza reuniões anuais para atualizar o que acontece nos museus do Reino Unido”, explica Ferraro. Para Caroline, um dos ganhos da parceria foi o reposicionamento do papel que os museus universitários podem desempenhar como extensões de produção acadêmica e conhecimento e o potencial de sua utilização para apoiar a agenda de internacionalização. ■



Entrada da exposição Bones do GNM, em Newcastle.

MUSEU DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA PUCRS E GREAT NORTH MUSEUM HANCOCK

NOME DO PROJETO

The use of museums scientific collections for teaching evolution and understanding of environmental changes from the ecomuseologic perspective

CHAMADA DE PESQUISA

Edital Institutional Skills 2015-2016, promovido pelo British Council do Brasil com financiamento do Newton Fund

VALOR DO FINANCIAMENTO

£ 60 mil

PERÍODO

janeiro de 2016 a março de 2017

LÍDERES

José Luís Schifino Ferraro (MCT-PUCRS) e Caroline McDonald (GNM)

PESSOAS ENVOLVIDAS 100*

NÚMERO DE VISITANTES

Marcas da Evolução – 400 mil

Bones – 102 mil

* Incluindo pesquisadores e o staff dos dois museus na elaboração, organização e execução de ambas as exposições



Frank Noon Photography

SABERES EM REDE

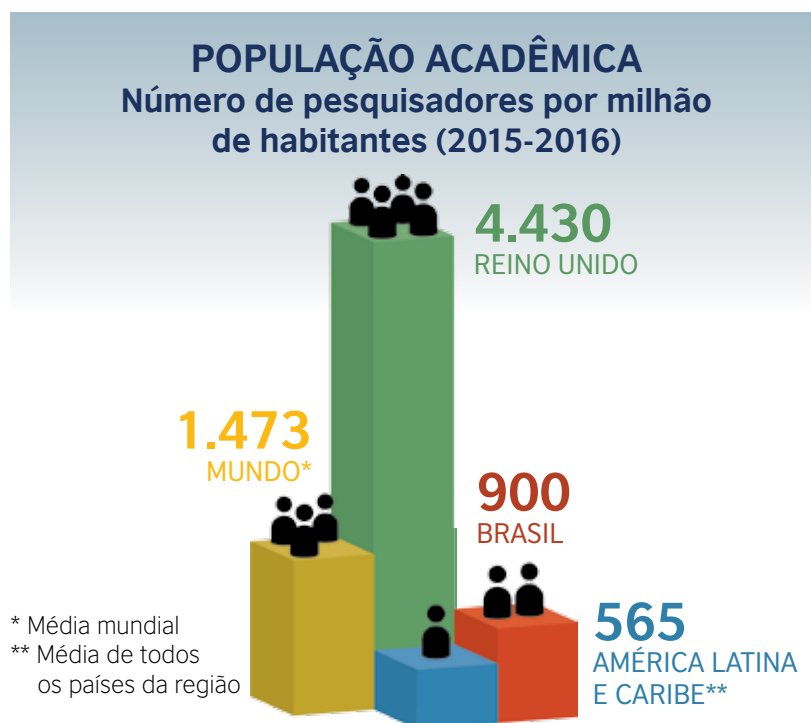
O contato de acadêmicos com seus pares é a fagulha inicial da maioria das colaborações de pesquisa. Para os estrangeiros, o Brasil oferece campo vasto para investigação em áreas como biodiversidade, vírus tropicais e energias renováveis, entre outras. Já brasileiros no exterior têm potencial criativo para inovar em soluções para problemas globais. O mapeamento da diáspora científica – reflexo de experiências internacionais e políticas de mobilidade – e a organização de redes de pesquisadores podem ampliar a cooperação entre indivíduos e instituições.

Nessa era de alta tecnologia, em que a comunicação entre os continentes é quase imediata, a integração e as trocas ainda se fortalecem por meio das relações humanas. “Quem estuda ou pesquisa no exterior exerce papel-chave nas cooperações científicas porque conhece duas culturas e entende a burocracia de dois países”, ressalta Ana Maria Carneiro, Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (Nepp), da Unicamp. Ela observa um movimento crescente de pessoas altamente qualificadas saindo do país, ocupando posições estratégicas. O contato com esses especialistas é cada vez mais relevante, pois se tornam pontes nos processos de internacionalização das IES e divulgam a Ciência brasileira no exterior.

Ana Maria deu o suporte acadêmico à primeira Reunião da Diáspora Científica Brasileira de Ciência, Tecnologia e Inovação no Reino Unido, organizada em fevereiro de 2019 pela Embaixada brasileira em Londres e pela Fapesp. O evento fez parte do Ano Brasil-Reino Unido de Ciência e Inovação 2018-2019. “A principal conclusão do workshop foi o entendimento de que a comunidade científica brasileira no exterior pode e deve trabalhar pelos interesses do país, atuando de forma estratégica no ambiente de pesquisa e de negócios local”, conta Carlota de Azevedo Bezerra Vitor Ramos, Chefe dos Setores de Cooperação Educacional e Cooperação Científica da Embaixada brasileira em Londres.

Aposta em redes de conhecimento

No encontro, ficou clara a mudança de conceito sobre a diáspora científica. Nos anos 1970, se falava em fuga de cérebros para o exterior, e havia menos perspectivas de colaboração internacional. Mas entre 2000 e 2010, a literatura internacional apontou que a intensidade de articulação das redes locais de produção do conhecimento com as redes mundiais é decisiva para acelerar o processo de internacionaliza-



ção*. “Os participantes ainda notam uma visão negativa da diáspora por parte dos brasileiros, que acham que quem recebe suporte do governo deve voltar ao país”, diz Ana Maria. Mas essa postura deve ser ressignificada com a ideia de promover a produção científica brasileira para o mundo, ampliando o prestígio do país e valorizando a cooperação. “É preciso ter políticas transparentes e objetivas para que essa rede se torne factível”, explica Ana Maria. A ideia é mapear a diáspora brasileira no Reino Unido, iniciativa que já começou nos Estados Unidos, por acordo entre a Embaixada em Washington e pesquisadores do Nepp/Unicamp.

A Embaixada em Londres estima que vivem no Reino Unido cerca de 500 brasileiros estudantes de doutorado ou pesquisadores visitantes com financiamento da Capes, do CNPq e das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) dos estados. Mas o que une as pessoas não é um período ou um lugar, e sim o interesse. O Imperial College London fundou um

Fonte: World Development Indicators: Science and Technology – The World Bank

*A Diáspora Científica Brasileira: Perspectivas para Sua Articulação em Favor da Ciência Brasileira, Elizabeth Balbachevsky (2011)



Juliana Bertazzo e Carlota de Azevedo Ramos, do setor acadêmico da Embaixada brasileira em Londres.

Frank Noon Photography

Cientistas radicados no exterior trazem parcerias vantajosas para o país

“Brazil Forum” para manter o registro e organizar a comunidade de 164 brasileiros ligados atualmente ou egressos da universidade.

No artigo *A Diáspora Científica Brasileira: Perspectivas para Sua Articulação em Favor da Ciência Brasileira*, de 2011, Elizabeth Balbachevsky, Pesquisadora Sênior do Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas (Nupps/USP), também presente no evento da Embaixada, aponta vantagens de pesquisadores brasileiros que amadureceram profissionalmente em outros ambientes culturais:

- Eles desenvolveram um perfil que pode enriquecer a experiência da comunidade científica em áreas essenciais para o país, como o desenvolvimento de políticas, gestão de redes complexas e promoção do conhecimento junto a outros atores*;
- Muitos têm experiência na promoção dos resultados de pesquisa e cooperam na produção de políticas públicas;
- Aprenderam competências específicas para a gestão de projetos complexos;

- São experientes na articulação com instituições para as quais os resultados da pesquisa são relevantes;
- Sabem enfrentar situações de negociação que envolvem múltiplos interesses e usuários.

Ainda segundo Elizabeth, se espera que a interação entre a diáspora e a comunidade científica nacional acelere a internacionalização da pesquisa brasileira, ampliando oportunidades de articulação de redes nacionais com as que produzem conhecimento de ponta em escala global. Carlota ressalta que um mapeamento permite conhecer o perfil dos acadêmicos presentes no Reino Unido e suas demandas. Uma plataforma da diáspora possibilitaria trocar informações, facilitar trabalhos conjuntos e formar redes de apoio para o acolhimento de estudantes e pesquisadores recém-chegados. Estimular esse networking já é uma das tarefas da Associação de Brasileiros Estudantes de Pós-Graduação e Pesquisadores (Abep-UK), organização sem fins lucrativos que conta com 400 associados e completará 40 anos de existência em 2020. “Sabemos que quando alguém vem fazer doutorado aqui, aumenta a ligação entre a universidade britânica e os centros de pesquisa de seu local de origem”, explica o baiano Lucas França, Presidente da Abep, doutorando em Neurociência Computacional na University College London e bolsista do CNPq.

De volta ao Brasil

A associação publicou uma pesquisa, em 2017, em que ouviu demandas de bolsistas da Capes e do CNPq. “Uma das principais críticas é em relação à obrigatoriedade de retornar ao Brasil logo após o final do curso”, aponta França. Normas mais flexíveis permitiriam aos estudantes realizar pós-doutorado no exterior ou aceitar propostas de emprego, parcerias ou es-

tágios. A recolocação desses profissionais em instituições brasileiras nem sempre é simples ou atrativa e Lucas comenta que, em países onde a diáspora já trouxe benefícios econômicos e sociais, como a China e a Índia, as regras para os bolsistas parecem ser menos rígidas.

De olho nessa problemática, a Fapesp tem atualmente opções para pesquisadores do exterior (brasileiros ou não) que queiram realizar colaborações de pesquisa em São Paulo, como bolsas de pós-doutorado, o Programa Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas (Pipe) e o Programa Jovens Pesquisadores em Centros Emergentes (*leia abaixo*). “O estado de São Paulo atrai pesquisadores jovens de todo o mundo. Quem se destaca recebe apoio, financiamento à pesquisa e conta com uma estrutura que compete com muitos centros europeus”, ressalta Carlos Henrique de Brito Cruz, Diretor Científico da Fapesp. Trazer cientistas com experiência internacional reforça a linha estratégica da Fundação, que é baseada em criar oportunidades para projetos de pesquisa colaborativos. ■

* Citação de Kuznetsov, 2006

JOVENS PESQUISADORES EM CENTROS EMERGENTES

O programa da Fapesp estimula a criação de oportunidade de trabalho para pesquisadores ainda em fase de afirmação profissional ou grupo de jovens pesquisadores. A duração máxima é de quatro anos e as propostas são avaliadas pelos pares. Valor da bolsa: R\$ 8.377,50 mensais.

REQUISITOS:

- **Experiência internacional em pesquisa comprovada após a conclusão do doutorado.**
- **Demonstrar realizações que indiquem capacidade de liderança e grande potencial para nucleação de novos grupos de pesquisa.**
- **Atuar em temas modernos e com inserção internacional, não cobertos por pesquisadores no estado de São Paulo.**
- **Projetos cientificamente sólidos que induzam a criação de novos núcleos em instituições que ainda não têm tradição em pesquisa ou a criação de novas linhas de pesquisa em instituições consolidadas.**

A importância da mobilidade

Quando bem planejada, os estudantes e também as instituições aproveitam a experiência

Basta estar em um campus de universidade na Inglaterra ou na Escócia para se sentir em um ambiente incrivelmente internacional, onde convivem culturas e costumes de várias partes do globo. A tradição e a excelência acadêmica funcionam como um ímã para os estrangeiros (*veja dados ao lado*). Para os britânicos, isso resulta em uma espécie de internacionalização em casa, e com pouco esforço, pois quem vem de fora chega falando inglês. “As principais barreiras que impedem que os estudantes do Reino Unido avancem na mobilidade externa são

financeiras e linguísticas”, conta Lucy Shackleton, Diretora de Engajamento Internacional da Universities UK International (UUKi), organização que representa os interesses internacionais do setor de ensino superior no Reino Unido. Segundo ela, o interesse por aprender idiomas adicionais e o número de graduações em línguas estrangeiras está caindo. A UUKi lançou a campanha Stand Out, Go international para dobrar o número de estudantes de graduação no exterior: eram apenas 6,6% em 2014-2015 e a meta é passar de 13% já em 2020.

Vista aérea do campus da PUCRS.



Gilson Oliveira/PUCRS

A ATRATIVIDADE DO REINO UNIDO

2º DESTINO

mais popular no mundo para estudantes internacionais.*

442.375
ESTUDANTES INTERNACIONAIS

em universidades britânicas (2016-2017)*

6º NA LISTA

de preferência dos brasileiros**

2.135
ESTUDANTES BRASILEIROS

no Reino Unido (2016)**

Fontes: * HESA Student record (2016-17), ** Global Flow of Tertiary-Level Students – Unesco (2016)

“Temos orgulho do nosso setor universitário, mas estamos mal em relação à mobilidade externa e por isso reforçamos os motivos para ter uma experiência internacional entre os estudantes e conquistamos o apoio de muitas universidades para a causa”, explica Lucy. Além de ações de marketing e convencimento, a UUKi busca formas de apoiar estudantes menos favorecidos, pois é comprovado que são eles os que mais se beneficiam após vivências fora do seu país. Segundo Lucy, como as universidades britânicas têm parcerias sustentáveis ao redor do mundo, é importante que os graduandos desenvolvam habilidades acadêmicas e profissionais para se integrar nesse ambiente.

O Brasil é o país da América Latina que mais envia estudantes ao Reino Unido (foram 1.745 em 2016-2017, segundo o HESA Student record) e também o que mais recebe (305 no mesmo período). Aqui, os principais desafios para a mobilidade externa sem dúvida passam pelo financiamento e pela língua estrangeira (leia nas páginas 20 a 29). A porcentagem de estudantes brasileiros que fazem algum curso no exterior é baixíssima: apenas 0,6%* (no México e Chile é 0,8% e na Colômbia, 1,2%).

E os números da mobilidade externa tendem a cair depois do término do programa Ciência sem Fronteiras (2011-2016). Em 2016,

contavam-se 52.515 estudantes brasileiros no exterior e 19.996 estrangeiros em universidades brasileiras.**

Flexibilidade e currículo

Rever critérios e estabelecer metas para a mobilidade estudantil é um desafio dos planos de internacionalização, por isso vale considerar seus benefícios (veja quadro ao lado). “Nos últimos cinco anos, passamos de 8% para 24% dos nossos estudantes em mobilidade externa”, conta James Conroy, Vice-Diretor de Internacionalização da Universidade de Glasgow. Um dos motivos para esse aumento foi a flexibilidade nos intercâmbios. Em alguns casos, os britânicos partiam para um curso de verão no exterior e, em troca, os alunos estrangeiros vinham à Escócia por um semestre. Isso pode ser uma boa oportunidade para universidades brasileiras, algumas já planejam períodos de summer school e pensam formas inovadoras de atrair os estrangeiros. “Também nos preocupamos em modelar o currículo para uma audiência internacional”, diz Conroy. “Não é possível trazer estudantes por um semestre, um ano ou um programa inteiro, que depois voltam para suas culturas, sem considerar adequações ou alterações no currículo que sejam interessantes para eles.” ■

PELO OLHAR INSTITUCIONAL

Resultados

Quem estuda fora tem melhor desempenho acadêmico e chances de empregabilidade, influenciando números em rankings.

Parcerias

Intercâmbios podem abrir portas para colaboração em ensino e pesquisa e trocas de conhecimento entre instituições.

Reputação

Estudantes são embaixadores de suas universidades, com potencial para atrair estudantes e staff acadêmico do exterior.

Cultura

Os jovens retornam com visão global e acolhem melhor os estrangeiros no campus, aprimorando a internacionalização em casa.

Fonte: UUKi Stand Out Report

Fontes: * estudo Higher Education and Student Mobility, do Institute of International Education (IIE); ** HESA Student record (2016-2017)



Royal Botanic Gardens, Kew

O valor da DIÁSPORA

Diretor Científico do Royal Botanic Gardens, Kew, o brasileiro **Alexandre Antonelli** diz que grupos de especialistas internacionais propõem soluções inovadoras e com mais chances de impacto

Como são as relações entre o Royal Botanic Gardens, Kew e as universidades brasileiras?

A colaboração é forte com um grande número delas, em todas as regiões do Brasil. Uma das mais antigas é com a Universidade de São Paulo (USP). Uma ex-estudante de PhD em Kew e atual pós-doc na USP, Thais Vasconcelos, recebeu em 2018 a Medalha John C. Marsden, da Linnean Society, que premia anualmente a melhor tese de Biologia do mundo. O foco de Thais é o campo rupestre, ecossistema que motivou trabalho conjunto entre Kew e USP por anos. Outra relação prolongada acontece com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, onde funciona a Escola Nacional de Botânica Tropical. Kew foi o primeiro parceiro dela no programa Reflora, que constrói um herbário virtual com base em imagens e informações de espécies da flora brasileira depositadas em herbários estrangeiros.

Atualmente Kew trabalha com algum projeto com foco no Brasil?

Sim, são vários. Um deles é um esforço colaborativo para elaborar a monografia do gêne-

ro Myrcia, incluindo a avaliação do risco de extinção para todas as espécies, cerca de 800. Outro envolve monitoramento remoto da vegetação da caatinga, com satélites e drones, chamado Learning to live with the forest. Também recebemos fundos do Reino Unido para o projeto Digital repatriation of biocultural collections, que conecta cientistas e comunidades indígenas de conhecimento na Amazônia.

De que forma você pretende aumentar as cooperações com acadêmicos e instituições brasileiras?

Espero iniciar um diálogo envolvendo agências de fomento e representantes do governo do Brasil e do Reino Unido para discutir áreas de colaboração e de financiamento. Ao mesmo tempo, quero garantir que as iniciativas que vêm da base da comunidade de pesquisa sejam analisadas com cuidado e apoiadas.

Como acontece esse intercâmbio UK-BR entre estudantes e pesquisadores na área científica do Kew?

Muitos pesquisadores no Kew são especialistas em espécies brasileiras e muitos especialistas brasileiros fazem contribuições importantes em nossas pesquisas. Os benefícios são mútuos e vemos intensa movimentação entre o Brasil e Kew. Nos últimos anos, um grande número de estudantes e pesquisadores veio para cá com fundos de CNPq, Capes e das FAPs estaduais.

Você lidera um grupo interdisciplinar e internacional de pesquisa, pode contar um pouco da experiência?

Iniciei o Antonelli Lab há nove anos, após retornar de um pós-doc na Suíça. A principal motivação foi a vontade de fazer bem mais pesquisa do que eu conseguia sozinho. Biodiversidade é um tema imenso e ainda há muito pa-

ra ser descoberto e investigado. Desde então, treinei cerca de 70 estudantes de mestrado e doutorado, de muitos países e backgrounds diferentes, uma experiência fantástica e compensadora. Trabalhar com estudantes criativos e outros cientistas é um dos melhores aspectos de se fazer pesquisa.

Qual o segredo para reunir equipes científicas eficazes?

Tento achar os indivíduos melhores e mais motivados que tendem a dar importantes contribuições para a pesquisa. Para isso, acabo contatando pessoas em vários países e continentes. Essa é uma das maiores belezas da pesquisa: a liberdade para estabelecer qualquer constelação de colaboradores. Um único artigo publicado na revista científica *PeerJ* no ano passado foi resultado de um workshop e de discussões entre pesquisadores de Suécia, Estados Unidos, França, Brasil, Equador, Holanda, Espanha, Suíça, Guatemala e Finlândia. Algo similar aconteceu para um da *Nature Geoscience*, que combinou trabalho de botânicos, zoólogos, geólogos e paleontólogos.

Como diria que a Ciência se beneficia da colaboração entre estudiosos do mundo todo?

Espécies não ligam para fronteiras políticas. Por isso, especialistas que estudam grupos de plantas ou fungos muitas vezes têm conhecimento relevante para continentes inteiros ou zonas climáticas. Isso é verdadeiro para a biodiversidade, mas acredito que se aplica à maioria dos campos científicos. Quanto mais internacional for um projeto, mais pessoas com diferentes perspectivas estarão analisando a questão da pesquisa, e por consequência as soluções serão mais inovadoras. Além disso, a colaboração internacional tem mais chance de gerar um impacto vital ou global. ■

AVENTURA E EXCELÊNCIA

O campineiro Alex Antonelli trancou o curso de Biologia na Unicamp após seis meses para viajar como mochileiro pela Europa e América Central. Conheceu sua futura esposa, sueca, em Honduras e recomeçou os estudos em Gotemburgo, na Suécia. Especialista em Biogeografia, após um pós-doutorado na Suíça voltou como curador do Jardim Botânico de Gotemburgo. Atuou como professor de biodiversidade na universidade local e criou o Centro de Biodiversidade Global de Gotemburgo. Deu aulas na Universidade de Zurique e na Universidade Harvard, nos Estados Unidos. Em fevereiro de 2019, assumiu como Diretor Científico do Royal Botanic Gardens, Kew, ou Kew Gardens, em Londres. A instituição é referência mundial em pesquisa botânica, com 22 mil espécies de plantas nos jardins, 7 milhões nos herbários e 1,2 milhão de amostras de fungos.

Centro de Difusão Internacional da Universidade de São Paulo (USP), que é a brasileira melhor colocada nos rankings.

Marcos Santos

MEDIDAS DE QUALIDADE

O que é qualidade na universidade? Não há uma resposta única, pois depende do contexto socioeconômico e cultural em que cada instituição de ensino está inserida. Há lugares em que o foco principal está na produção científica, em outros, na experiência proporcionada aos alunos, por exemplo. A escolha indica qual das funções primárias – ensino, pesquisa e extensão – vale enfatizar. Mas há um ponto de concordância para todos da área: é essencial desenvolver padrões e métricas para avaliar o ensino superior. Por isso, surgiram os rankings, que cada vez mais influenciam nas decisões das equipes gestoras nas IES.

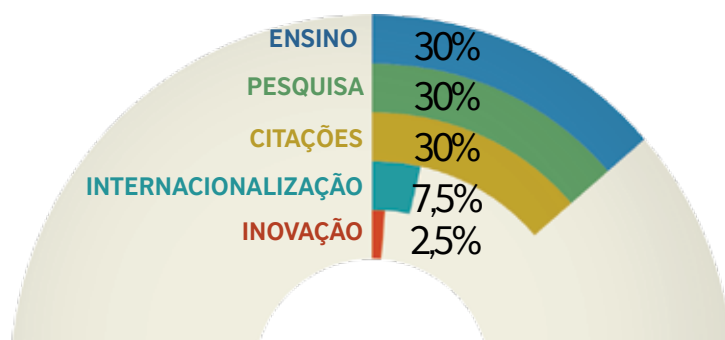
Para realmente conhecer a excelência de uma universidade e afirmar que ela está cumprindo bem seu objetivo – que, no Brasil, conforme está na Constituição, é trabalhar de maneira equivalente três eixos: ensino, pesquisa e extensão –, não dá para ficar apenas na percepção. É necessário criar maneiras para medir o desempenho. Uma boa avaliação é útil para todos os envolvidos, pois permite ao governo ter parâmetros para definir políticas públicas, ao estudante e ao professor definir, respectivamente, onde estudar e trabalhar e à própria instituição de ensino ter claros pontos fortes e aspectos a melhorar. Mas quais indicadores de desempenho considerar? Esse é o desafio, pois as escolhas acabam delineando o que se entende por qualidade.

Em geral, uma universidade precisa se submeter aos critérios internos de avaliação, ao sistema nacional, nos países nos quais há órgãos que estipulam padrões de qualidade, e aos rankings, tanto nacionais quanto internacionais. No Brasil, a função de verificar a qualidade na graduação é do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que combina análises do perfil do corpo docente, da infraestrutura da instituição e do desempenho do aluno, medido pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), prova feita pelos concluintes do curso. Para a pós-graduação, a responsabilidade é da Capes, que adota cinco quesitos: proposta do programa, corpo docente, corpo discente, produção intelectual e inserção social.

TIMES HIGHER EDUCATION (THE) No ranking realizado no Reino Unido, alguns indicadores têm pesos diferentes na avaliação geral e na regional

World University Rankings

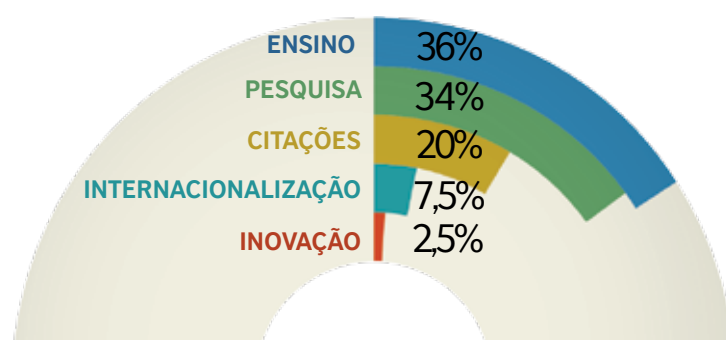
- 1º lugar: Universidade de Oxford (Reino Unido)
- 251º a 300º lugar: USP (Brasil)
- Nº de brasileiras no ranking: 36 no total, 2 entre as 500 primeiras



Fonte: THE/2019

Latin America University Rankings

- 1º lugar: Unicamp
- 2º lugar: USP
- Nº de brasileiras no ranking: 43 (total de 129 avaliadas)



Fonte: THE/2018

RANKINGS

O conceito do que é bom e os critérios de avaliação mudam de acordo com a região

Quando a meta é ganhar visibilidade internacional, acrescentam-se mais itens na lista a considerar: os critérios que regem a educação superior no país com o qual se pretende colaborar. “Em nossa experiência, as parcerias internacionais são mais bem-sucedidas quando baseadas em uma compreensão recíproca da cultura e exigências do ensino superior dos países envolvidos”, diz Fabrizio Trifiro, Gerente Internacional da Quality Assurance Agency (QAA), agência que assegura a qualidade no Reino Unido. “Conseguir isso e também uma visão compartilhada do que ambas as instituições buscam alcançar por meio da parceria exige comunicação e compromisso regulares para entender quais são as linhas vermelhas, ou seja, os limites um do outro.” Quem tem interesse em fazer parcerias com instituições britânicas pode se informar sobre os padrões e as expectativas de qualidade da região acessando o Código de Qualidade do Ensino Superior do Reino Unido em www.qaa.ac.uk/quality-code.

Criados para comparar as instituições de um país ou classificá-las globalmente, os rankings também pautam as definições de qualidade. Na China, por exemplo, uma boa universidade, conforme mostra o Academic Ranking of World Universities (ARWU), é a que publica nas revistas científicas *Science* e *Nature* e que tem ganhadores do Prêmio Nobel entre seus formandos e professores. Na Rússia, é a que for mais bem avaliada na opinião dos estudantes. Nos Estados Unidos, é uma instituição onde os professores ganham bem e que tenha baixíssima evasão. Na África do Sul, a ênfase é na diversidade do corpo discente e docente. Há, porém, aspectos comuns avaliados pela maioria dos rankings internacionais, como medir o número de citações de uma IES.

Lançado em 2004, o ranking britânico Times Higher Education (THE) usa cinco indicadores: pesquisa (volume, investimento e reputação), citações (influência da pesquisa), inovação, internacionalização e ensino. Conside-

ACADEMIC RANKING OF WORLD UNIVERSITIES (ARWU) Ranqueamento chinês prioriza prêmios e publicações

- 1º lugar: Harvard (EUA)
- 151º a 200º lugar: USP (Brasil)
- Nº de brasileiras no ranking: 6



- número de professores vencedores do Prêmio Nobel e Medalha Fields
- número de pesquisadores citados em 21 categorias
- número de artigos publicados nas revistas científicas *Nature* e *Science*
- número de artigos indexados no Science Citation Index-expandedo e Social Science Citation Index
- número de ex-alunos vencedores do Prêmio Nobel e Medalha Fields

Fonte: ARWU/2018

rando o peso de cada um, fica claro que, ao lado do ensino, a pesquisa é um foco importante. “Quando você olha para o problema de como comparar universidades em diferentes países, percebe que, como a ciência se tornou mais global, é possível medir o impacto da pesquisa onde quer que ela seja feita no mundo”, diz Simon Baker, Data Editor do THE.

O mesmo raciocínio vale para o brasileiro Ranking Universitário Folha (RUF), que também tem na pesquisa o maior destaque. Com o diferencial de incluir uma métrica para refletir o contexto local: opinião do mercado. “Nos Estados Unidos, quem cursa Harvard não está preocupado com emprego, porque sabe que vai conseguir um. Então, não faz sentido mensurar a opinião do empregador sobre qual universidade é boa ou onde as pessoas estão trabalhando. Mas no Brasil faz, então, resolvemos adotar também esse indicador”, conta Sabine Righetti, Coordenadora Acadêmica do RUF.

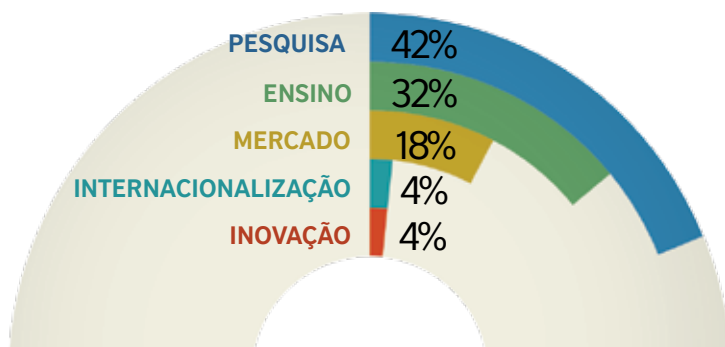
Uma dificuldade comum a todos é conse-

guir ir além das métricas quantitativas, principalmente para incluir análises sobre ensino – como mensurar a experiência dos estudantes ou o desempenho dos professores? – e impacto social. O THE, por exemplo, está preparando um novo ranking baseado em alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, como igualdade de gênero e ações contra as mudanças climáticas. “Estamos analisando essas metas para tentar encontrar maneiras de identificar como as universidades impactam em suas comunidades”, conta Simon. O RUF também tem feito estudos regulares na tentativa de criar quesitos para medir as ações de extensão das universidades (*leia mais na página 54*). A preocupação é compartilhada por órgãos como Capes e QQA. Trata-se de um aprimoramento fundamental para que todas essas avaliações sejam realmente utilizadas para impulsionar a melhoria na qualidade das universidades e não simplesmente para servir como parâmetro de comparação entre elas. ■

RANKING UNIVERSITÁRIO FOLHA (RUF)

Destaque na avaliação realizada no Brasil é para pesquisa e ensino

- 1º lugar: USP
- 2º lugar: UFRJ
- 3º lugar: UFMG
- Nº de universidades avaliadas: 196



Fonte: RUF/2018

- total de publicações, total de citações, citações por publicação e por docente, publicações por docente, publicações em revistas nacionais, recursos obtidos por instituição, bolsistas CNPq e teses
- professores com doutorado e mestrado, com dedicação integral e parcial e nota no Enade
- opinião de 5.444 profissionais de RH consultados pelo Datafolha em 2016, 2017 e 2018 sobre preferências de contratação
- citações internacionais por docente e publicações em coautoria internacional
- patentes e parcerias com empresas



Retratos PARCIAIS

Para **Sabine Righetti**, Coordenadora Acadêmica do Ranking Universitário Folha (RUF), principal desafio para melhorar os rankings é acesso a informações

Os rankings mostram o que as universidades estão fazendo, mas também ajudam a apontar os dados que faltam, como a situação dos egressos. Por que seria importante ter essa informação?

E que outras faltam para termos rankings melhores?

A literatura científica diz que você sabe se um curso é eficiente pelos egressos. A metodologia mais consistente para avaliar seria, depois de cinco anos, ver se eles estão trabalhando, se atuam na área e se têm posição de liderança. Nos Estados Unidos, essa pesquisa é feita nas universidades e os rankings usam essas informações. Aqui, solicitamos dados para o MEC, mas o pedido foi negado, porque se entendeu que isso é sigiloso. A única maneira de obter seria pelas universidades, mas descobrimos que nenhuma mapeia seus egressos. Seria um indicador essencial para entender o que ocorre com quem se forma e qual a qualidade dos cursos. Outra informação é evasão, importante para política pública. Mas não temos esses dados.

Quais os desafios para que os rankings mostrem o impacto social da universidade em suas comunidades?

Obter informações. Algumas universidades colocam no orçamento anual dinheiro destinado à extensão, mas é tudo pueril. Qual é essa extensão? Qual o resultado? Não tem avaliação disso. O tema é discutido na literatura, porque não se sabe como medir. Em impacto social, empregabilidade é uma maneira de mensurar, mas o impacto social local é mais difícil. Quanto uma universidade influencia positivamente a região onde está instalada? Primeiro teria que acontecer, no âmbito de política pública nacional, um debate para definir indicadores de extensão universitária, que hoje não existem nem nas avaliações oficiais do MEC. O Ministério olha pesquisa e ensino, mas não extensão, que é um terço da missão das instituições.

Como você avalia o posicionamento das universidades brasileiras nos principais rankings internacionais?

Houve barulho quando a Universidade de São Paulo (USP) entrou para as 200 melhores do mundo, em 2011, do THE. Entrou em 178º lugar e depois melhorou e foi para 158º. E desde então tem caído. Mas a produção científica da USP aumentou. Então, não é que está piorando. Existem políticas de estado, nos Estados Unidos, no Reino Unido, na China e em outros países, para ter um grupo de universidades world class. Na China, nove instituições recebem aportes milionários para estarem bem posicionadas internacionalmente. O Brasil não tem isso. Existe um movimento agressivo contra as universidades públicas brasileiras, no sentido de falar que ganham muito e produzem pouco. E o ranking serve a isso. Mas não é uma leitura justa. É quase um milagre elas manterem a produção científica, pois os orçamentos estão sendo reduzidos, em alguns casos, pela metade.

Quais iniciativas de internacionalização mais influenciam nos rankings?

Investir dinheiro, que é o que a China fez. No THE de 2012, eles tinham três universidades entre as 200 melhores do mundo. Agora são sete. Tsinghua, por exemplo, estava em 71º lugar e agora está em 22º. Há estudos que mostram que fazer isso influencia todo o ecossistema do país. O que falta, então, é decidir isso como política pública, definir que não é gasto, e sim investimento para colocar o Brasil na rota do mundo. E, a partir daí, desenhar ações junto às instituições para que isso aconteça.

Um dos maiores desafios dentro das universidades é a comunicação. Como melhorar esse ponto?

No ano passado, as universidades publicaram 70 mil estudos, de acordo com o Sinaes, mas não temos conhecimento disso. O que sai na imprensa, prioritariamente, são trabalhos de pesquisadores de fora, porque eles têm um sistema eficiente de comunicação. Deveriam existir mecanismos para facilitar a divulgação da ciência produzida no Brasil, que é parruda e de alto impacto, como parte da política pública de internacionalização. Sou pesquisadora na Unicamp e lá ganhamos um edital para desenvolver um projeto, a Agência Bori, inspirado no EurekaAlert, ferramenta do American Association for the Advancement of Science (AAAS) que faz esse tipo de ponte. Mas é uma iniciativa pequena, apenas com informações da Unicamp. Deveria haver inúmeras outras. A USP precisa sair no *New York Times*. Precisamos falar mais do que as universidades fazem de incrível. ■

“ Teria que acontecer, no âmbito de política pública nacional, um debate para definir indicadores de extensão universitária, que hoje não existem nem nas avaliações oficiais do MEC. ”



Divulgação

Simone Ricci

Gerente de Projetos de Educação Superior
do British Council no Brasil

Educação além das fronteiras

Tendência em um mundo globalizado, a Educação Transnacional (TNE) dá seus primeiros passos no Brasil

Ela já é conhecida das universidades britânicas, que atualmente investem muito nessa modalidade de ensino, em especial no mercado asiático. Mas no Brasil até o conceito de Educação Transnacional é novo. *Transnational Education* (ou TNE), também chamada de estudos transfronteiriços (cross-border), se caracteriza fundamentalmente por ir além da fronteira de um país. Ela se diferencia da educação internacional tradicional, pois permite que os alunos estudem em uma determinada universidade sem sair do seu país de origem.

Essa modalidade de ensino costuma ser oferecida para as áreas de graduação e de pós-graduação e na maioria das vezes por meio de sistema online e a distância. Entre as principais vantagens da TNE está o valor do investimento: sem a necessidade de sair de casa para estudar, os custos envolvidos com

a mudança para outro país não existem. Além disso, a comodidade e a facilidade de estudar no país de origem para muitos são fatores decisórios na escolha de um curso. Dependendo do momento de vida de cada estudante, também pode ser inviável ficar longe da família ou do trabalho. A Educação Transnacional é uma boa alternativa para uma graduação ou pós-graduação com direito a diploma internacional, já que ele impulsiona promoções, re-colocações e amplia as perspectivas profissionais no país de origem ou no exterior.

Além do programa online de TNE, as principais formas de se estabelecer essa modalidade de ensino são: abertura de campus no exterior, dupla diplomação e por meio de sistema de franquias. Todos esses modelos combinam educação de qualidade e comodidade para os seus participantes, o que pode

ser fundamental na hora de escolher um curso. Para as universidades, faculdades e escolas que oferecem a Educação Transnacional, uma das grandes vantagens é o contato com estudantes de outras culturas. Ele facilita e agrega valor à estratégia de internacionalização como um todo. Dependendo do tipo de proposta para investimento em Educação Transnacional, existem governos oferecendo incentivos fiscais. É o caso de Malásia, Hong Kong e Dubai. Outro ponto positivo é a possibilidade de firmar parcerias com outras instituições de ensino, agências de fomento educacional e com a indústria, que cada vez mais se interessa por pesquisa e inovação.

Por não existir legislação específica que regule a Educação Transnacional no Brasil, por enquanto há poucas Instituições de Ensino Superior britânicas atuantes em nosso país, como a Manchester Business School (MBS) e a Universidade de Hertfordshire. O Global MBA, programa de MBA internacional part-time da Alliance Manchester Business School (AMBS), é realizado em inglês em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O formato blended de ensino presencial em blocos de imersão e suporte a distância é flexível, permitindo que o aluno concilie estudo e trabalho. “Profissionais que residem na América do Sul fazem o programa em São Paulo com professores da AMBS e da FGV, e ainda podem assistir aulas nos cinco centros da AMBS (Manchester, Dubai, Cingapura, Hong Kong e Xangai) para trocar experiências com alunos de outros países”, diz Ana Paula Vitelli Morgado, Diretora Regional Brasil e América do Sul.

Já a universidade britânica de Hertfordshire possui um campus em São Paulo em parceria com a Escola Britânica de Artes Criativas (Ebac). Ali, oferece diversas opções de bacharelado nas áreas de Artes, Design, Educação e Economia Criativa, com duração de três anos.

Eles são precedidos de um curso preparatório de um ano (Foundation), que complementa a qualificação dos ingressantes após o ensino médio. Os alunos têm aulas com professores britânicos seguindo o currículo acadêmico de Hertfordshire. “Outra vantagem é que quem se forma pode seguir com estudos naquela universidade ou em outra instituição internacional, ingressando diretamente no programa de bacharelado”, explica Carsten Snedker, CEO da Ebac/Universidade de Hertfordshire.

Nos últimos anos, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio do Capes-PrInt, vem promovendo a internacionalização em casa. Para se internacionalizar, é importante que as universidades brasileiras fomentem parcerias internacionais e ministrem cursos em inglês. Essa nova perspectiva abre portas para universidades estrangeiras interessadas no mercado educacional do país. O British Council, atento a essa tendência, está preparado para atender às demandas das IES do Reino Unido e também das brasileiras que queiram se familiarizar com o conceito e os benefícios da TNE. Nosso departamento de consultoria oferece serviços específicos para o segmento, como pesquisas de mercado, com o objetivo de facilitar a entrada de instituições britânicas no Brasil. ■

“

A Educação Transnacional é boa alternativa para graduação ou pós com diploma internacional, pois, dependendo do momento de vida do estudante, pode ser inviável ficar longe da família ou do trabalho.

”

Agenda ativa e relevante

British Council organiza nova chamada, workshops e seminários para apoiar o avanço da internacionalização

Tanto as iniciativas quanto os debates sobre a temática da internacionalização evoluíram de um ano para cá, quando lançamos a primeira publicação *Universidades para o Mundo*. Falar de desafios e oportunidades no desenvolvimento de planos de internacionalização era apropriado à época, em que estava lançada a chamada para o edital do Capes-PrInt, encerrada no primeiro semestre de 2018. As universidades apresentaram seus planos e deram início a uma nova corrida para consolidar parcerias internacionais entre Instituições de Ensino Superior.

O Seminário de Internacionalização UK-BR, realizado em Londres em dezembro de 2018, foi um marco importante por reunir IES contempladas pelos recursos da Capes e outras instituições brasileiras interessadas no tema, além de universidades do Reino Unido, ávidas por parcerias. Essa ponte e a oportunidade de diálogo, proporcionadas pelo British Council, deixaram claro que o momento é de estratégias e avanços nesse caminho.

A internacionalização consiste em uma série de fatores e impacta em vários outros: a mobilidade de estudantes, pesquisadores e gestores, o desenvolvimento de currículos compartilhados, projetos de pesquisa e inovação, o estabelecimento e reforço de redes de pesquisa,

ganhos na qualidade, na produção de conhecimento e nas publicações conjuntas. São todos interconectados e essenciais para que sejam criadas parcerias sólidas e produtivas.

Para fortalecer esse diálogo, a segunda edição da publicação *Universidades para o Mundo* se aprofunda nas temáticas em discussão na área, destaca processos de institucionalização, traz opiniões de especialistas e exemplos de colaboração de universidades públicas e privadas entre o Brasil e o Reino Unido, destacando a força das parcerias e a sua contribuição para avançar em processos de internacionalização.

Respondendo a algumas das demandas do contexto atual, o British Council implementará neste ano três ações estratégicas:

- um edital de colaboração para apoiar a operacionalização de planos de internacionalização;
- seminários e workshops sobre políticas linguísticas e língua inglesa;
- instrumentos para fomentar a mobilidade de pesquisadores, gestores e estudantes estrangeiros para o Brasil.

Esperamos que essas ações contribuam para o fortalecimento de capacidades e o aprofundamento do debate, visando instituições mais preparadas para encarar as oportunidades e desafios globais da educação superior. ■